

País volta a circular na Terra redonda

Brasil e China fecham investimentos de 50 bilhões e 20 acordos

Nos Emirados Árabes, Lula fechou acordo de mais R\$ 12,5 bilhões

Após 4 anos isolado do mundo, em razão da ausência de política externa na gestão Bolsonaro, o Brasil voltou ao cenário internacional com pompa e circunstância. Lula, que retornou ao Brasil domingo (16), destacou que a viagem à China representou acordos

que somam R\$ 50 bilhões. Nos Emirados Árabes, foram negociados investimentos da ordem de R\$ 12,5 bilhões. “Em maio, vamos discutir com governadores as principais obras no país”, afirmou. Lula e o presidente chinês, Xi Jinping, reforçaram o comércio em moedas nacionais e o multilateralismo. **Pág. 3**



Ricardo Stuckert - PR

O presidente Lula é recebido em Pequim pelo presidente chinês, Xi Jinping, com festa de jovens e música brasileira

HORA DO POVO

ANO XXXIII - Nº 3.901 19 a 25 de Abril de 2023

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Flávio Dino “Ódio na internet ganhou pernas e braços no 8 de janeiro”

“Por que a violência foi maior no prédio do STF do que no Palácio do Planalto ou no Congresso? Porque durante anos se difundiram mensagens contra o STF, contra os ministros do STF, contra o Poder Judiciário e é esse ódio que ganhou pernas e braços no dia 8 de janeiro”, apontou o ministro Flávio Dino, em palestra. **P. 3**

Paraná quer dar 1,7 bi da Copel ao Itaú e vender estatal lucrativa

Governo do Paraná vai pagar R\$ 1,7 bilhões em dois anos, tirar o Itaú da fila de 30 anos de precatórios e colocar à venda a lucrativa e eficiente Copel, denuncia o deputado paranaense Arilson Chiorato, presidente da Frente Parlamentar em defesa das estatais e empresas públicas. **Pág. 2**

IPCA atesta desconexão do BC da realidade, aponta economista



Centrais Sindicais estão convocando um 1º de Maio em repúdio ao corte de Macron a direito trabalhista

1,5 milhão de franceses nas ruas contra ataque às aposentadorias

Os franceses voltaram às ruas no dia 13 em defesa dos direitos previdenciários e em protesto contra o governo de Emmanuel Macron que impõe aumentar de 62 para 64

anos a idade mínima das aposentadorias. Mostrando que a paciência está se esgotando, os manifestantes levantaram faixas e cartazes expressando “clima de cólera” contra o

presidente, em que marcavam o seu repúdio ao Sm a consigna “64 é não”. “Foram mais de 1,5 milhão de pessoas”, comemorou a secretária-geral da Confederação Geral do

Trabalho, Sophie Binet, sublinhando o apoio massivo da população ao movimento. As Centrais Sindicais estão convocando o 1º de Maio contra o aumento para 64 anos. **Pág. 6**

“Última ata do Copom foi um completo atestado de alienação do Banco Central em relação à economia real”, afirmou o economista Aurélio Valporto, presidente da Abradin (Associação Brasileira de Investidores). Ele analisou os números da inflação de março divulgados pelo IBGE e destacou que a queda dos índices confirmam a desconexão do BC, responsável por manter o maior juro real do mundo sob o pretexto de uma “ameaça inflacionária”. O IPCA fechou em 4,65% no acumulado dos últimos 12 meses até março, menor que em fevereiro (5,60%), e a menor taxa desde janeiro de 2021. **Pág. 2**

“É preciso que os EUA parem de incentivar a guerra”, diz Lula

“É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. É preciso que a União Europeia comece a falar em paz, para a gente poder convencer Putin e Zelensky que a paz interessa a todo mundo e que a guerra por enquanto só está interessando aos dois”, apontou Lula. Para ele, “é preciso, sobretudo, convencer países que estão fornecendo armas e incentivando a guerra a pararem”. **Página 3**

Satélite aprofunda cooperação científica com chineses



Foto: Montagem HP

D'Araújo é diretor do Ilumina

Roberto D'Araújo: crise da Light é fruto da explosão tarifária pós-privatização

A Light do Rio de Janeiro informou ao governo que está em crise. Ela anunciou o pedido de uma liminar para suspender a cobrança de dívidas da companhia, como forma de se proteger de eventuais cobranças de credores, em especial debenturistas que buscam garantia de quitação dos respectivos títulos.

PRIVATIZAÇÃO EM 1996

A tão alardeada eficiência da iniciativa privada mais uma vez foi colocada em xeque. A empresa foi privatizada em 1996 com grande estardalhaço de que em mãos privadas ela iria deslanchar. O diretor do Instituto Ilumina, Roberto D'Araújo, contesta a alegação da direção da empresa de que os problemas seriam as perdas “não técnicas”, ou seja, furto de energia.

“A explosão tarifária que aconteceu no Brasil desde 1995, período em que as privatizações tiveram início, é a causa”, diz ele ao HP. “As famílias não conseguem mais pagar as contas. E a Anel autorizou a Light, em 2022, a repassar para os demais consumidores 40% dessa perda. Em 2020, foram 36%”, apontou.

Um estudo produzido pelo Centro de Estudos e Regulação em Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que cerca de 10% do valor da conta paga por todos os consumidores vai para ressair a Light.

O autor alertou diversas vezes que o resultado das privatizações, ao contrário do que se alardeava, iria fazer subir as tarifas de energia e cair a qualidade do serviço. “A partir de uma certa data, os dados de tarifa média de 1995 até 2002 desapareceram da página da ANEEL. Hoje, só se consegue os números pós 2003. O Ilumina já questionou a agência sobre isso e não tivemos resposta. A nosso ver, a oclusão é tão bizarra que nem deveria ser alvo de questionamento”, observou o autor.

ALTA FOI O DOBRO DA INFLAÇÃO

“Desde a adoção do sistema mercantil que impôs um grande mimetismo de sistemas de base térmica, a evolução da tarifa de energia elétrica brasileira mostra um encarecimento que ultrapassa o dobro da inflação desde 1995, mesmo com o sacrifício da Eletrobrás na intervenção da Lei 12783/2013. Furtos de energia em ascensão mostram que a população mais pobre não está mais conseguindo encaixar e conta no orçamento doméstico”, denunciou D'Araújo.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/crise-da-light-rio-e-fruto-da-explosao-tarifaria-pos-privatizacao-aponta-roberto-daraujo/>

Foto: Marcelo Camargo/ABR



Campos Neto, presidente do BC: juros elevados por longo tempo

Deputado denuncia acordo de Ratinho com Itaú para acelerar a privatização da Copel

Governo do Paraná vai pagar R\$ 1,7 bilhões ao Itaú e colocar à venda a lucrativa e eficiente estatal, afirma Arilson Chiorato, presidente da Frente Parlamentar em defesa das estatais e empresas públicas da Assembleia

O governador do Estado do Paraná, Ratinho Jr. (PSD), firmou um acordo com o Itaú em que antecipa uma dívida da Companhia Paranaense de Energia (Copel) com o banco, que seria paga em forma de precatórios em 30 anos. O deputado estadual Arilson Chiorato (PT) considera o acordo um desrespeito com os credores na fila do regime de precatórios e uma tentativa de privatizar a estatal. “É um fura fila para acertar esse litígio que impede, inclusive, a privatização da Copel”, denunciou o presidente da Frente Parlamentar das Estatais e das Empresas Públicas da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em entrevista ao HP, em que criticou a privatização da Copel.

Foto: Orlando Kissner/Alep



Deputado Arilson: vamos barrar a privatização

de maneira açodada. A lei que veio para a Assembleia entrou no regime de urgência. Do dia que entrou, até sancionada, demorou apenas sete dias. Não houve discussões. Tem várias suspeitas de irregularidades. Inclusive, eu denunciei contratos para fazer os estudos e a modelagem de venda do estado do Paraná em termos financeiro de avaliação, não há necessidade alguma de venda”, disse Chiorato, que alertou: “a privatização vai elevar o valor da tarifa e vai ainda acabar com os programas sociais, como a tarifa social, programas para as pessoas mais pobres, irrigação noturna que tem aqui no Paraná e outras coisas mais”. Leia a entrevista na íntegra.

HP: Qual a sua avaliação sobre o acordo do governo com o Itaú?

Arilson Chiorato: O acordo do governo do Estado do Paraná com o Itaú, primeiro, é um fura fila de precatórios. Esse valor de R\$ 4,5 bilhões em tese teria que ser pago, mais ou menos, daqui a 30 anos em forma de precatório. O que é feito na normalidade. Então, o governo do Paraná está pagando R\$ 1,7 bilhões à vista, porque ele tem que privatizar esse ano a empresa pública de energia. Na minha avaliação, é um fura fila para acertar esse litígio que impede, inclusive, a privatização da Copel.

HP: Há suspeitas de irregularidades no processo de privatização da Copel?

Arilson Chiorato: O processo de privatização da Copel está sendo feito

governo, desde benefícios entre acionistas, houve também vazamento de informações do processo de privatização, que levaram à compra de ações antes de ser publicada a nota que seria o fato relevante sobre a venda. Há várias coisas, várias suspeições, dia 17 vamos tornar público tudo que a gente tiver sobre o assunto.

HP: A Copel dá prejuízos para o Paraná?

Arilson Chiorato: A Copel de maneira alguma está dando prejuízo para o Estado. Ela teve R\$ 5,1 bi no ano passado de lucro, parte disso veio em forma de dividendos para fazer políticas públicas no estado. E uma empresa totalmente rentável, que tem uma função social muito grande. Então, a Copel só dá lucro para o estado do Paraná, em termos financeiros de avaliação não há necessidade alguma de venda.

Claro que, por conta das suspeitas de tudo que estão sendo levantadas, esse acordo com o Itaú que tinha sido ocultado no começo do processo de licitação e foi denunciado por mim -, que agora foi resolvido às pressas, e no meu entendimento, favorecendo o Itaú, tirando o Itaú da fila do precatório e fazendo destrave litígio para a privatização, foi o único argumento que eu vejo nesse acordo, que era demorado, de mais de 20 anos e poderia demorar mais 30.

ANTÔNIO ROSA
Matéria continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/deputado-denuncia-acordo-de-ratinho-com-itaui-para-acelerar-privatizacao-da-copel/>

“Última ata do Copom foi um completo atestado de alienação do BC em relação à economia real”, afirmou o economista ao analisar o resultado do IPCA de março

O economista Aurélio Valporto, presidente da Abradin (Associação Brasileira de Investidores), analisou os números da inflação divulgados nesta terça-feira (11) pelo IBGE e destacou que a queda dos índices confirmam que o presidente do Banco Central está completamente desconectado da realidade econômica do país.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador considerado a inflação oficial do país, fechou em 4,65% no acumulado dos últimos 12 meses até março, menor do que os últimos doze meses terminado em fevereiro (5,60%), sendo a menor taxa para 12 meses desde janeiro de 2021, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE nesta terça-feira (11). Em março, a taxa de inflação ficou em 0,71%, puxada principalmente pelos preços dos combustíveis, que subiram 8,33% no mês.

“A inflação de março, bem abaixo do esperado, confirma a total descon-

xão do Banco Central da realidade econômica. A inflação somente não foi menor porque houve a reoneração dos combustíveis, cujos preços puxaram o índice de março”, disse Valporto.

“Isso comprova que a inflação é de custos e que a última ata do copom foi um completo atestado de alienação do Banco Central em relação à economia real”, acrescentou o economista.

“A ata dizia haver inflação de demanda sobre serviços. Como há excesso de demanda sobre serviços quando as indústrias de bens duráveis estão dando férias coletivas?”, indagou o especialista. “Não se consome em serviços quando estão faltando itens básicos em casa”, prosseguiu.

“Mais de 30% dos bares e restaurantes tiveram prejuízos em fevereiro, mês de carnaval. Mais do que um atestado de desconexão com a realidade, ata do Copom teve contornos de indigência intelectual”, apontou o presidente da Abradin.

CNI: juros elevados freiam a economia

“As taxas de juros elevadas vão continuar inibindo a atividade econômica, e por consequência a industrial, ao longo do ano”, declarou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, nesta quarta-feira (12). A CNI reduziu sua projeção para o crescimento da economia brasileira este ano, de 1,6% para 1,2%.

De acordo como o Informe Conjuntural do 1º trimestre de 2023 da CNI, “parte da desaceleração se deve aos efeitos restritivos da política monetária, que já vinham impactando negativamente a indústria e impedindo a recuperação do varejo ao longo de 2022”. A falta de demanda vem ganhando protagonismo entre as preocupações da indústria neste ano, sendo a queda já percebida no

faturamento da indústria, segundo sondagens feitas pela CNI.

A entidade aponta que “as taxas de juros elevadas, que encarecem o custo do crédito, o menor ritmo de atividade econômica, com consequente menor demanda por crédito, e a elevada inadimplência já eram fatores previstos no final de dezembro. Contudo, não só o cenário desses fatores piorou, com expectativa de menor crescimento em 2023 e taxas de juros altas por mais tempo, como também aumentaram as provisões dos bancos e a restrição no critério de concessão de crédito, inclusive em razão de eventos adversos de grandes empresas varejistas do início do ano”.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/juros-altos-seguem-como-freio-a-economia-aponta-cni/>

Pedidos de recuperação e falências dispararam no 1º trimestre, aponta Serasa

Os números de pedidos de recuperações judiciais e de falências de empresas explodiram no primeiro trimestre do ano, como reflexo do cenário de altos juros e demanda deprimida. Frente ao mesmo período de 2022, os pedidos de recuperação judicial saltaram 37,6%, enquanto para falência, o aumento foi de 44,1%. Os dados são do Serasa Experian, antecipados para reportagem do

Valor Econômico.

A partir das tendências de março, a expectativa do Serasa é que o movimento de empresas em crise financeira continue: no mês passado, E os pedidos de recuperação tiveram aumento anual de 6,8% e de falências, de 40,6%.

<https://horadopovo.com.br/pedidos-de-recuperacao-judicial-e-falencias-explodem-no-primeiro-trimestre/>

Volume de serviços recua 3,1% em janeiro, diz IBGE

Em janeiro, o setor de serviços caiu 3,1% frente a dezembro, acompanhando a estagnação verificada nos resultados da produção industrial (-0,3%) e do comércio varejista ampliado (0,2%), asfixiados pelas altas taxas de juros impostas pelo Banco Central. Foi a maior queda do setor para o mês de janeiro e eliminou o ganho acumulado de 3,0% nos meses de novembro e dezembro de 2022, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada hoje (14) pelo IBGE. Três das cinco ativida-

des investigadas recuaram. A maior influência negativa veio do setor de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, registrando queda de 3,7% em janeiro, eliminando o ganho de 3,2% observado nos dois últimos meses do ano passado. E “outros serviços” que caiu -9,9%, devolvendo integralmente a expansão de 9,4% verificada em dezembro último.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/setor-de-servicos-cai-31-em-janeiro-e-registra-queda-historica-para-o-mes/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hf.dp@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Deputado do PCdoB-MA foi caluniado
**Bolsonaristas adulteraram
vídeo contra Márcio Jerry,
diz especialista de edição**

Mais uma constatação da fraude fabricada pela deputada bolsonarista Júlia Zanatta (PL-SC) e pelos bolsonaristas – que acusaram de forma cretina e leviana o deputado Márcio Jerry (PCdo-B-MA) de assédio – veio à tona. Eles divulgaram um segundo vídeo adulterado grosseiramente, já que foram desmascarados na primeira manipulação.

O especialista em edição de vídeo e professor da faculdade de tecnologia Instituto Infnet, Kleber Galúcio, veio à público, depois de examinar as imagens, afirmar que o vídeo da cena e seu respectivo áudio foram adulterados.

— O vídeo é falso porque há um ambiente em que está todo mundo gritando e só o áudio dela se destaca. Naquele contexto, em uma filmagem de celular, é quase impossível destacar só a voz dela. Para conseguir esse áudio isolado, precisaria de um microfone de lapela. Ela pode até ter dito esta fala, mas não naquele momento — diz Galúcio.

O especialista se refere ao Fake News disseminado nas redes sociais dos bolsonaristas, como do deputado André Fernandes (PL-CE), segundo o qual o parlamentar maranhense estava encostando por trás em Zanatta, depois de ter dito publicamente que Jerry teria “dado um cheiro” no seu pescoco. Nesta sexta-feira, bolsonaristas divulgaram um novo vídeo do momento seguinte, desta vez com áudio manipulado.

Fernandes, no vídeo em que divulga a cena, há uma legenda atribuída à Zanatta: “Não. Ele tá me encostando”, e, no Twitter, o deputado escreveu: “Logo após ter sido assediada, a deputada reclamou da atitude desprezível e nojenta do deputado comunista Jerry, do Maranhão. ‘Ele tá me encostando’, falou algumas vezes a deputada, que foi ignorada por aliado do assediador”.

O especialista acrescentou, ainda, que o tempo de tela em que a deputada aparece, menos de um segundo, pode dar a impressão que a fala foi dita. A câmera lenta, usada em seguida, seria uma estratégia para reforçar o áudio, afirma o especialista.

ENTENDA O CASO

Júlia Zanatta, na última quarta-feira, acusou Márcio Jerry de assédio. A parlamentar publicou nas suas redes sociais uma imagem da reunião na Comissão de Segurança Pública da Casa, onde transcorria o depoimento do ministro da Justiça, Flávio Dino.

— Eu nem conheço este homem, não o autorizei a encostar no meu corpo, tocar o meu pescoco. Sou mãe, sou casada, tenho direito a esta escolha, toda mulher tem. Ainda estou muito abalada com tudo o que aconteceu. O partido já me acolheu e não me deixou desamparada. O presidente Valdemar me ligou e irei a uma delegacia, isto não pode ficar impune — disse Zanatta ao GLOBO.

O deputado negou de forma incisiva as acusações. De acordo com ele, Zanatta e Lídice da Mata estavam discutindo, aos berros, quando resolveu intervir para pedir respeito à aliada. Na ocasião, o parlamentar disse que a bolsonarista reagiu normalmente.

— Ela (Zanatta) continuou o diálogo. Quase 24h depois foi às redes dizer que foi assediada. Estou indignado, não cometi o ato que a deputada me imputa, ela congelou a imagem e desvirtuou. Absurdo que se cometa um fato dessa natureza, tentando atingir a honra de alguém por uma divergência política.

QUEM É JÚLIA ZANATTA?

A deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC), deputada federal de 1º mandato, eleita na esteira dos votos bolsonaristas no Estado de Santa Catarina, ficou conhecida mundialmente depois de publicar em seu perfil nas redes sociais uma imagem fazendo alusão ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquanto segura uma carabina – arma de fogo mais curta que um fuzil.

Na foto, a deputada aparece usando uma camiseta com o dizeres “come and take it” com uma mão com 4 dedos alvejada por 3 tiros. Na legenda, a deputada faz críticas à política de desarmamento do novo governo.

“Não podemos baixar a guarda. Infelizmente a situação não é fácil. Com Lula no poder, deixamos um sonho de liberdade para passar para uma defesa única e exclusiva dos empregos, do pessoal que investiu no setor de armas. Estamos agora falando em socorrer empregos e lutar por segurança jurídica”, escreveu a parlamentar defensora da política armamentista, amiga do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filho do ex-presidente.

MAC

Brasil e China fecham 20 acordos de R\$ 50 bilhões

Ricardo Stuckert Filho/PR



Presidente da China cumprimenta autoridades e ministros de Lula
“É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra”, adverte Lula

O presidente Lula defendeu que os Estados Unidos e países europeus parem de enviar armas para a Ucrânia e passem a buscar, junto com outros países, “um jeito de fazer a paz”.

“É preciso que os Estados Unidos parem de incentivar a guerra e comecem a falar em paz. É preciso que a União Europeia comece a falar em paz, para a gente poder convencer Putin e Zelensky que a paz interessa a todo mundo e que a guerra por enquanto só está interessando aos dois”, apontou Lula, em conversa com jornalistas na capital chinesa.

Para ele, “é preciso que se constitua um grupo de países dispostos a encontrar um jeito de fazer a paz” entre a Rússia e a Ucrânia. A guerra já dura quase 14 meses.

“É preciso ter paci-

ência para conversar com os presidentes da Rússia e da Ucrânia, mas é preciso, sobretudo, convencer países que estão fornecendo armas e incentivando a guerra a pararem”, continuou o presidente.

Lula está, junto com uma comitiva de 73 lideranças políticas, na China. Na sexta-feira (14), ele se encontrou pessoalmente com o presidente Xi Jinping para a assinatura de 15 acordos e parcerias.

Um dos temas tratados na reunião foi o dos esforços que o Brasil e a China podem fazer para que a paz seja alcançada.

Na avaliação de Lula, tanto a China quanto os Estados Unidos têm “um papel importante” para o restabelecimento da paz entre a Rússia e a Ucrânia.

Na viagem, os gover-

nos também conversaram sobre a realização de trocas comerciais sem o uso do dólar.

“Um país do tamanho da China e do tamanho do Brasil não precisa negociar com base no dólar. Você pode ter uma moeda criada que pode ser organizada pelo Banco Central dos 2 países. E a gente fazer nossas trocas comerciais nas nossas moedas”, afirmou Lula em entrevista a uma emissora chinesa.

“Quando converso com os Estados Unidos, não me preocupa o que a China vai pensar. Estou conversando sobre os interesses soberanos do meu país. Quando converso com a China, também não me preocupa o que os Estados Unidos estão pensando. É assim que fazem todos os países”, disse a jornalista, no sábado (15).

Flávio Dino: “ódio na internet ganhou pernas e braços no 8 de janeiro e nos ataques às escolas”

O ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou na sexta-feira (14) que os ataques terroristas realizados no dia 8 de janeiro são decorrência de anos de difusão de mensagens de ódio e ataques à democracia pelas plataformas digitais.

“Por que a violência foi maior no prédio do Supremo Tribunal Federal do que no Palácio do Planalto ou no Congresso Nacional? Porque durante anos se difundiram mensagens contra o STF, contra os ministros do STF, contra o Poder Judiciário e é esse ódio que ganhou pernas e braços no dia 8 de janeiro”, apontou Dino durante palestra, no Costão do Santinho, em Santa Catarina, no V Encontro Nacional de Integridade e Segurança Institucional do Poder Judiciário.

“Não havia comando [no grupo terrorista] naquele dia, mas havia um paradigma que determinava ódio contra aquilo que os senhores [do Poder Judiciário] representam. Os senhores representam ciência, conhecimento, leis, cultura, valores civilizacionais que não convêm a essas pessoas. Da política e de fora da política”, continuou.

“Dentre os palácios que corporificam o poder máximo da República o que foi mais violentamente agredido foi o prédio do Supremo Tribunal Federal. Destroçado com ódio. Se não fosse a corporação própria do Supremo, que contou, no segundo momento, com auxílio nosso e das forças locais, os danos teriam sido ainda maiores”,

relatou.

As investigações sobre a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais, que resulta em ataques contra escolas, continuou o ministro, mostraram que as pessoas estão sendo manipuladas.

“E como se tivéssemos aberto a tampa de uma caixa e lá encontramos pessoas e adolescentes que são manipulados, inclusive contra os senhores e senhoras, por postagens na internet”, falou.

“Temos tentado enfrentar desde o crime analógico até a criminalidade organizada transnacionalizada, que assombra mães e pais. De onde vem a violência das escolas? De onde vêm as 120 pessoas presas ou apreendidas em território nacional nos últimos dias, por engendramentos ou executarem ataques a crianças? Essas pessoas encontraram cimento para seus ódios e esse cimento, esse amálgama, está exatamente na internet”, afirmou.

ESCOLAS

No âmbito da Operação Escola Segura, o Ministério da Justiça destacou 120 agentes para o monitoramento de redes sociais para prevenção de ataques contra escolas.

Na avaliação de Dino, o problema “transcende as fronteiras nacionais”.

Nos Estados Unidos, ataques em escolas e locais públicos acontecem com maior frequência. Em muitos casos, os criminosos eram parte de comunidades de extrema-direita na internet, assim como foi descoberto em assassi-

nos no Brasil.

O Ministério da Justiça publicou uma portaria fazendo novas exigências para as redes sociais no sentido de impedir a circulação de mensagens criminosas e que incitem ataques em escolas.

Após alguns dias de resistência do Twitter, Dino disse que agora a plataforma está colaborando e incluindo as contas criminosas.

“As plataformas mais conhecidas têm se reunido com a gente, mas ainda temos o desafio da dark web, da deep web. Houve resistência de algumas, mas hoje há uma maior compreensão. Assim espero, porque estamos falando de milhares de conteúdos, todos os dias, que são identificados como propagadores desses discursos”, sublinhou.

Ao mesmo tempo, Dino anunciou medidas de financiamento para reforçar a segurança pública. Na quarta-feira (12), foram anunciados R\$ 150 milhões para Estados e municípios, que apresentarão propostas para fortalecer as polícias.

Outros R\$ 100 milhões foram liberados na quinta-feira (13) para investimentos nas guardas civis municipais.

“Nós estamos diante de uma dessas voltas do caminho da história, uma dessas encruzilhadas, em que nós temos uma mudança no patamar sobre a segurança nas escolas. Precisamos de um debate mais sereno, mais definitivo, mas a nossa dimensão de atuação é aqui e agora, a dimensão emergencial”, afirmou.

Lula comemora e defende participação de mais países na governança global. Nos Emirados Árabes Unidos foram fechados mais R\$ 12,5 bi em investimentos para o país

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu, em entrevista coletiva em Abu Dhabi, nos EAU (Emirados Árabes Unidos), o fortalecimento de governança global que amplie a representatividade de países em espaços de diálogo internacional.

“Não quero criar movimento separado do G7. O G7 não depende do Brasil para existir”, declarou Lula em entrevista coletiva na manhã do domingo (16).

Para o brasileiro, bloco mais amplo de países, a exemplo do G20, deve ser responsável por discutir temas da ordem do dia, como paz entre as nações; meio ambiente; temas econômicos, como inflação e juros; violência; discurso de ódio nas redes digitais; e fortalecimento da democracia.

Depois de 4 anos isolado do mundo, em razão da ausência de política externa na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Brasil volta ao cenário internacional com pompa e circunstância sob Lula.

O presidente fez um balanço da viagem e informou que foram fechados 20 acordos com a China no valor de R\$ 50 bilhões.

PROTAGONISMO

“Quando criamos o G20, foi porque o G7 tinha entendido que ele já não tinha o tamanho necessário para discutir a crise de 2008”, pontuou.

Lula disse ainda que o Brasil quer ser protagonista em temas globais. “Eu respeito todos os países, todas as reuniões que cada um quiser fazer, respeito a autodeterminação dos povos, mas o que quero dizer é que o Brasil tem pensamento próprio e quer voltar a ser ator protagonista de muita influência, sobretudo, nessa questão do clima”, disse Lula.

“Poucas nações têm autoridade política e moral para discutir isso”, apontou.

ACORDOS

Lula, que retorna na noite deste domingo (16) ao Brasil, destacou que a viagem à China representou acordos que somam R\$ 50 bilhões.

Nos Emirados Árabes, foram

“Brasil não vai ser mais vendedor de empresas estatais”, afirma Lula

Em entrevista à rede de televisão estatal chinesa CCTV, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil não irá vender mais empresas estatais e reforçou que a parceria com a China busca incentivar a retomada da reindustrialização no Brasil.

“Não queremos ser vendedor nem só de commodities ou vendedor de empresa estatal”, afirmou Lula, conforme transcrição da conversa liberada pelo governo brasileiro.

“O que o Brasil quer propor à China é que nós precisamos construir uma centena de coisas novas. Que passa por rodovia, por ferrovia, por portos, aeroportos, que passa por novas indústrias, que passa por empresas de químicas, que passa por investimentos novos”, disse o chefe do executivo.

Durante sua visita oficial à China, o presidente Lula e o presidente da China, Xi Jinping, assinaram 20 acordos comerciais, entre eles, o Plano de Cooperação Espacial (2023-2032) entre a Administração Espacial Nacional da China (AENC) e a Agência Espacial Brasileira (AEB).

Para a ministra Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, “a visita da comitiva do presidente Lula estabelece outro patamar das relações entre Brasil e China, com a disposição de fazer uma política de cooperação cada vez mais acentuada”, disse a ministra, ao destacar que o Brasil está “se reinserindo no cenário mundial de oportunidades, com cultura de paz e com uma agenda que defende os interesses nacionais”.

O governo brasileiro e o chinês assinaram no campo científico e tecnológico o protocolo complementar do CBERS-6, que prevê, de forma conjunta, o desenvolvimento, fabrica-

negociados investimentos da ordem de R\$ 12,5 bilhões.

“Em maio, vamos discutir com governadores brasileiros as principais obras no país. E queremos apresentar essas obras a outros países para que empresários que quiserem investir no Brasil tenham opção certa de investimento”, destacou.

E completou: “O Brasil é um país que tem estabilidade jurídica, estabilidade política e vai se transformar num país de estabilidade econômica. Somos um governo que tem credibilidade na sociedade e com outros países do mundo. Nós garantimos a estabilidade social no país e somos um governo de muita previsibilidade.”

NEGOCIAÇÃO PELA PAZ

Lula voltou a defender a negociação da paz entre Rússia e Ucrânia com a reunião de países neutros. “Agora o que estamos tentando construir é um grupo de países que não tem envolvimento com a guerra, que não quer a guerra, que desejam construir paz no mundo, para conversarmos tanto com a Rússia quanto com a Ucrânia”, resumiu.

“Mas também temos que ter em conta que é preciso conversar com os Estados Unidos e com a União Europeia”, afirmou. Lula disse ainda que pretende envolver países da América Latina.

THIAGO BRENNAND

Ao ser questionado, o presidente confirmou a extradição de Thiago Brennand, criminoso acusado de agressão contra mulheres, além de possuir armas ilegais.

Lula afirmou ainda que o tema não foi tratado oficialmente com o xeique Mohammed bin Zayed al-Nahyan, presidente dos Emirados Árabes Unidos.

“Eu fiquei sabendo que os Emirados Árabes vão fazer a extradição. Quando ela vai acontecer é uma questão da Justiça. A única coisa que eu sei é que se no mundo existir um milhão de cidadãos como este todos merecem ser punidos. Não é aceitável que um brutalmente desses seja agressor de mulheres. Acho que ele tem que pagar”, defendeu.

CBERS-6 aprofunda cooperação científica entre Brasil e China

Convênio para a produção do satélite foi assinado pela ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, que integrou a comitiva do presidente Lula no país asiático

A parceria entre Brasil e China, firmada em Pequim para desenvolvimento do Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres – CBERS-6 aprofunda cooperação científica entre os dois países. A ministra Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cumpre agenda oficial no país asiático desde 13 de abril.

“A visita da comitiva do presidente Lula estabelece outro patamar das relações entre Brasil e China, com a disposição de fazer uma política de cooperação cada vez mais acentuada. O Brasil está se reinserindo no cenário mundial de oportunidades, com cultura de paz e com uma agenda que defende os interesses nacionais. Hoje, o ponto alto dessa agenda é a assinatura de diversos instrumentos de cooperação científica e tecnológica”, afirmou a ministra.

O protocolo assinado sobre o CBERS prevê o desenvolvimento, fabricação, lançamento e operação conjunta do satélite. Ele possui uma nova tecnologia, o Radar de Abertura Sintética (SAR), que vai aperfeiçoar o monitoramento da Amazônia, complementando os dados fornecidos pelos satélites de sensoriamento remoto em operação (CBERS-4, CBERS-4A e Amazonia-1). O maior benefício da tecnologia SAR é a geração de dados em qualquer condição climática e através de nuvens.

“É um desenvolvimento comum de tecnologia. Com os chineses, desenvolveremos uma nova tecnologia de sensoriamento remoto, para além dos sensores óticos, com imagens mais precisas das situações climáticas, sobretudo na Amazônia, que permitirá ver através das nuvens. Essa nova tecnologia tem impacto não apenas em questões climáticas, mas também em áreas como o desenvolvimento urbano e produção agrícola”, ressaltou a ministra.

A estimativa é que o CBERS-6 seja construído e entre em órbita no prazo de

42 meses após a assinatura do acordo, que depende de ratificação pelo Congresso Nacional. O custo do desenvolvimento, fabricação e lançamento do novo satélite é de US\$ 51 milhões para cada parte. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

MEMORANDOS

Além do acordo para a fabricação do CBERS-6, a ministra assinou dois memorandos sobre cooperação em pesquisa e inovação e sobre cooperação em Tecnologias da Informação e Comunicação. Também foi firmado um plano de cooperação espacial entre Agência Espacial Brasileira e a Administração Espacial Nacional da China.

A Agência Espacial Brasileira e a Administração Nacional do Espaço da China assinaram o Plano de Cooperação Espacial 2023-2032. O documento elenca as atividades bilaterais na área espacial durante os próximos dez anos em áreas que vão da Tecnologia Espacial e Atividades de Lançamento, até treinamento de pessoal, equipamentos de solo e dados de observação da Terra.

Estão em desenvolvimento, o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação prevê, por exemplo, a realização de pesquisas conjuntas, mobilidade de pesquisadores, visitas técnicas mútuas e organização de eventos científicos em 16 áreas, que incluem energia limpa, Inteligência Artificial, saúde e biotecnologia, entre outros.

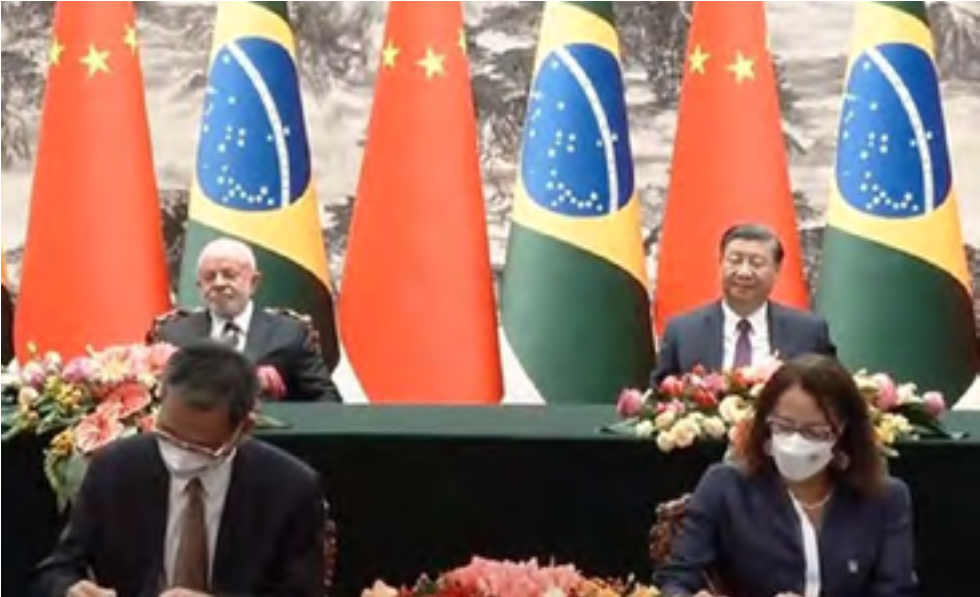
Já o Memorando sobre Cooperação em Tecnologias da Informação e Comunicação inclui o intercâmbio de informações sobre políticas e cooperação entre instituições de pesquisa e empresas do setor de TICs. Além disso, trata da formação e capacitação de talentos e desenvolvimento tecnológico, da inovação e aplicações de tecnologias em áreas como semicondutores, Inteligência Artificial, Internet das Coisas, 5G e tecnologias quânticas.

a gente tem visto escolas sem estruturas, escolas sem seguranças, a gente tem visto poucos funcionários dentro das escolas, um serviço de merenda precário, um serviço de limpeza precário, a gente vê falta de professor, a gente vê diversos problemas dentro da educação e a gente resolve esses problemas com mais investimento e não tirando esse investimento das escolas”, frisou Lucca.

“E ainda mais insensível ele fazer isso, no momento onde que os olhos estão voltados para as escolas, porque elas carecem de segurança, carecem de acolhimento, carecem de investimento para que a gente tenha profissionais cada vez mais capacitados para lidar com os alunos, que a gente tenha mais profissionais, inclusive, porque a quantidade de profissionais que a gente tem de educação é pouca para o acompanhamento da quantidade de alunos”, destacou o presidente da UMES-SP.



Protesto dos estudantes secundaristas em março de 2023



Lula e Xi assistem a Luciana Santos e seu homólogo chinês assinando acordos

“Brasil e China colocam clima e proteção do meio ambiente na mais alta prioridade”, afirma Marina

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva afirmou que o Brasil e a China avançaram nas conversas de combate às mudanças climáticas e da proteção do meio ambiente e as colocaram “no mais alto nível das prioridades”.

Como resultado da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao país asiático, os dois países anunciaram o desenvolvimento de um satélite com tecnologia mais avançada capaz de monitorar a Amazônia mesmo com tempo encoberto e criaram uma subcomissão sobre o clima e meio ambiente na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban).

“Até então não se tinha um subcomitê específico sobre meio ambiente”, afirmou Marina Silva a jornalistas ao final da visita de Lula. Houve um entendimento entre os dois países de que era necessário colocar o tema da mudança climática e da proteção do meio ambiente “no mais alto nível das prioridades”, ressaltou a ministra.

Os dois países divulgaram um comunicado conjunto sobre mudança climática e meio ambiente. O documento afirma que “os presidentes Lula e Xi reconheceram que a mudança do clima apresenta um dos maiores desafios de nosso tempo”.

“A cooperação será ampla, na preservação da floresta e na transição energética”, disse Marina Silva. Os dois países se comprometeram no comunicado a “ampliar, aprofundar e diversificar a cooperação bilateral sobre



Marina, junto ao presidente chinês Xi Jinping

clima”.

Marina Silva ressaltou que o Brasil tem capacidade de ser ao mesmo tempo uma potência agrícola e uma potência florestal. Pouco antes, Lula disse na reunião fechada com Xi Jinping que a economia brasileira pode dobrar sua produção agrícola “sem precisar derrubar nenhuma árvore”. “Nós estamos convencidos de que o desenvolvimento da agricultura brasileira não precisa fazer desmatamento irrisponável e muito menos queimadas”, afirmou o presidente do Brasil.

O Brasil quer avançar em tecnologias de monitoramento e rastreabilidade para o combate ao desmatamento, disse Marina Silva. A meta do governo sustentada por Lula nas reuniões com chineses é chegar a um desmatamento zero até 2030.

“A China tem grande experiência na área de re-florestamento, foram capazes de reflorestar cerca de 70 milhões de hectares”, ressaltou Marina aos jornalistas. Com grande quantidade de área degradada no Brasil, o país pode se aproveitar dessa experi-

ência chinesa, afirmou a ministra.

“Lula enfatizou que o meio ambiente é de fato uma política transversal e que esses dois países em desenvolvimento têm grande contribuição a dar”, disse Marina Silva. Há ainda um esforço conjunto para que os governos das duas economias alcancem os objetivos do Acordo de Paris, acrescentou ela.

“Todos nós estamos dentro de um barco e se afundar não escapa ninguém. Os chineses têm responsabilidade com a questão ambiental, o Brasil tem responsabilidade e o mundo tem responsabilidade”, afirmou Lula.

O presidente ainda defendeu que o mundo industrializado precisa cumprir com a sua tarefa de preservação ambiental e não só oferecer dinheiro para os países pobres. Dinheiro, disse Lula, que “às vezes não aparece”. “As vezes têm muito discurso de dinheiro e pouco dinheiro aparece. É preciso que todos, do mais industrializado ao menos industrializado, a gente tenha preocupação.”

Tarcísio diz que não vai priorizar Educação e quer reduzir orçamento da área em São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que enviaria para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estadual, ainda neste primeiro semestre de 2023, propondo cortar até 16,6% do orçamento da Educação.

A manobra proposta por Tarcísio é reduzir os 30% do orçamento estadual que são destinados para Educação e passar a destinar 25%, o mínimo previsto na Constituição Federal.

Por lei, em âmbito nacional, o setor da Educação deve receber um mínimo 25% do orçamento, mas em São Paulo o piso é maior, de 30%, por causa das regras estaduais. Já a Saúde segue o patamar de 12% definido na Constituição federal.

Na prática, a proposta de Tarcísio corta R\$ 8,25 bilhões da Educação. No orçamento deste ano, a pasta ficou com R\$ 49,5 bilhões. Se a medida fosse aprovada para esse ano e São Paulo deixasse de destinar 30% do orçamento geral e passasse a destinar 25%, por exemplo, o corte levaria o or-

çamento a R\$ 41,25 bilhões.

A proposta de Tarcísio é descobrir a Educação para, supostamente, alocar esses recursos na Saúde, outra área carente no Estado. Mas, na prática o governador não apresenta soluções, ele quer descobrir um santo para cobrir a cabeça de outro.

Tarcísio alega que para os próximos anos há uma projeção maior na demanda para a área da Saúde, com o aumento da longevidade da população, o que justificaria uma queda na necessidade de investimentos na área da Educação.

“O que vai acontecer e já está acontecendo ao longo dos anos? Os casais têm menos filhos e, a cada ano que passa, você tem menos matrículas [nas escolas]. Só que, por outro lado, a população envelhece. Então, sua demanda por recursos na Educação cai e sua demanda por recursos na Saúde, ela sobe”, alegou Tarcísio, após apresentar o balanço de 100 dias de governo na manhã da segunda-feira (10).

“Eventualmente, em um ano: ‘Poxa, o que está pegando pra mim? Está pegando é a

Saúde’. Então, vai fazer 25% [para a área da Educação] e 17% [para a área da Saúde]. No outro ano, 30% e 12%. E no outro ano, vai ser 28% e 14%. De maneira que eu sempre vou ter 42% empregados em Saúde e Educação, sempre no mínimo 25% na Educação e 12% na Saúde, mas esses 5% podem oscilar”.

A proposta desconsidera a precária realidade enfrentada na Educação Paulista. Além das mais de 10 mil escolas de ensino regular, as três universidades do Estado: USP, UNESP e Unicamp ficam inviabilizadas de exercerem suas funções se tiverem que lidar anualmente com um orçamento, possivelmente, 16,6% inferior.

E do orçamento da pasta que saem os recursos que mantêm a maior universidade do país e outras duas das mais importantes. A chance de variação negativa do orçamento numa base de 16% é alta demais para que apenas um remanejamento interno de recursos deem conta das despesas, além de inviabilizar investimento, expansão e aprimoramento.



Vigília na EE Thomázia Monteiro

Discurso de ódio na internet nos últimos cinco anos instigou violência nas escolas, diz pesquisadora

Estudo publicado no Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP vinculou escalada da violência nas escolas aos discursos de ódio na internet

Dados do Monitor do Debate Político no Meio Digital da USP, coordenado pela pesquisadora Michele Prado, apontam que a escalada do número de ataques nos últimos anos estão diretamente vinculados aos discursos extremistas e de ódio na internet.

O estudo “Extremismo violento em ambiente escolar”, divulgado em 28 de março, mostra ainda que dez dos 22 atentados em escolas do Brasil desde 2002 ocorreram nos últimos 13 meses. Nove somente no ano passado, último ano de Jair Bolsonaro e com uma ampliação da propagação de ódio na internet.

Segundo o estudo, a média de idade dos suspeitos é de 16 anos e a arma preferida para cometer os ataques são revólveres e pistolas. Ela explica em nota técnica as motivações dos jovens criminosos e analisa a propagação do extremismo nas redes sociais.

A progressão dos ataques nas instituições de ensino do país teve um crescimento acelerado. O levantamento não inclui as tentativas frustradas, o que “subiria assombrosamente” o número de atentados da lista, segundo a pesquisadora. O estudo, divulgado em 28 de março, também não contabilizou a tragédia ocorrida numa creche particular em Blumenau, no último dia 5, que causou a morte de quatro crianças.

Somente neste início de ano, já foram ao menos quatro casos de mais destaque: o ataque com bomba caseira por um ex-aluno em Monte Mor (SP), em 13 de fevereiro; o ataque a faca por um aluno de 13 anos a uma escola em São Paulo, que deixou uma professora morta e quatro pessoas feridas em 27 de março; o ataque a faca por um aluno a colegas em uma escola do Rio de Janeiro em 28 de março; e agora o atentado à creche em Santa Catarina.

Os agressores são em geral jovens (10 a 25 anos), do sexo masculino. E muitos deles são vítimas de bullying na escola, apresentam características de isolamento social e indícios de transtornos mentais não diagnosticados ou acompanhados. Eles se articulam em comunidades online onde há incentivo à violência, à misoginia, e em plataformas de fácil acesso na internet, apontam os estudos.

Para Michele Prado, o aumento da frequência dos ataques no país é resultado de um processo de radicalização online em massa que atinge principalmente o público jovem, a partir dos 10 anos. “Elas não estão da deep web ou na dark web, estão na superfície, em aplicativos como Discord, Twitter, TikTok, Telegram e WhatsApp”, diz Prado.

Ela avalia que não há uma razão única para a radicalização e os agressores têm perfis radicalizados distintos. “Alguns jovens se queixam de bullying, outros parecem ter transtorno de personalidade narcisista, com perfil de agressores e não de vítimas. Nas redes, eles são expostos a teorias conspiratórias que desumanizam grupos específicos”, exemplifica.

Levantamento feito por pesquisadores da Unicamp, liderado pela professora Telma Vinha, chegam a números semelhantes. Considerando apenas casos envolvendo alunos e ex-alunos como agressores, o grupo registra 22 ataques entre 2002 e 2023, sendo 10 deles nos últimos dois anos.

Para Danila Di Pietro, pesquisadora da Unicamp, que integra o grupo coordenado por Telma Vinha, o aumento no número de ataques a escolas nos últimos anos está relacionado também ao avanço da cultura de violência no país.

“De cinco anos para cá, passamos por uma banalização da violência. O uso de armas de fogo, de um discurso de ódio, separatista, racista, misógino, homofóbico, até por autoridades oficiais, com isso ganhando escala pública, tudo isso faz com que as pessoas que cultivavam esses valores no seu ambiente privado passem a ganhar corpo público”, afirma Di Pietro.

Yuri Salvador/Rede Câmara



Base de Tarcísio na Câmara de SP apoia criação de Frente Parlamentar contra privatização da Sabesp

A criação da Frente Parlamentar contra a privatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) na Câmara de Vereadores de São Paulo, na quarta-feira (12), rachou a base aliada do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Aprovada por consenso entre os líderes dos partidos, a criação da Frente – proposta por vereadores do Psol, PT e PSB – foi colocada em votação pelo presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), com o apoio de vereadores de partidos como PSD, PL, MDB, União Brasil e PSDB, que compõem a base do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

A votação, no entanto, foi obstruída por vereadores do partido do governador, que romperam o acordo de votação por aclamação, feito na véspera, dia 11, entre os líderes dos partidos.

No momento da aclamação, o vereador Sansão Pereira (Republicanos) pediu votação nominal – quando cada vereador registra seu voto no sistema de votações ou pelo microfone do plenário – o que provocou revolta entre os vereadores e o presidente da Casa. “Tínhamos acordo, presidente”, ressaltou a vereadora Luana Alves (PSol), dirigindo-se a Milton Leite, que concordou com a parlamentar.

“Votarei [a partir de agora] nominalmente todos os projetos da bancada do Republicanos porque eles descumpriram o acordo. Poderiam ter se manifestado no colégio de líderes. Não o fizeram”, disse Milton Leite. A votação final contou com 21 votos a favor e 10 contra. Como precisava alcançar ao menos 28 votos favoráveis, a Frente não foi aprovada e a proposta voltará a ser discutida em plenário. “Trabalharei para construir os votos necessários”, afirmou o presidente da Câmara ao final da sessão.

“Estamos dialogando há semanas com diversos vereadores, o próprio governo tinha dado o ‘ok’ e o partido Republicanos, do Tarcísio, obstruiu de uma forma desonesta. Qual é o medo do Tarcísio de discutir a Sabesp? Qual é o medo só Tarcísio de falar sobre água e saneamento para as pessoas? Nós não vamos desistir desse projeto, não vamos desistir de defender a Sabesp dos ataques do governador”, afirmou a vereadora Luana Alves.

José Antonio Teixeira



Divulgação



“Se Sabesp for privatizada, municípios pequenos ficarão ‘ao Deus dará’”, afirma parlamentar

O deputado estadual Paulo Fiorilo (PT) defendeu, em entrevista à TV247, que a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) seja mantida pública, rebatendo a proposta do governador, Tarcísio de Freitas, de entregar a empresa ao capital privado.

Comentando a pesquisa Datafolha, divulgada na última semana, que aponta que a maioria dos paulistanos são contrários à privatização da Sabesp, o parlamentar afirmou que a estatal é lucrativa. “Em 2021 ela teve um lucro de mais de R\$ 3 bilhões, tem um ativo de mais de R\$ 57 bilhões e tem 5 empresas fotovoltaicas, participa como acionista de outras empresas, nós estamos falando de uma empresa que atende 375 municípios”, destacou.

O parlamentar lembrou que durante a campanha eleitoral de 2022, ao ser indagado pelos adversários sobre seus planos de se desfazer da Sabesp, Tarcísio recuou

por saber que o povo era contra a privatização da empresa. “Na campanha o Tarcísio desconversou! Nós sabemos que ele é um entreguista, que quer privatizar o Estado, que quer entregar o Estado para a iniciativa privada. Agora, no caso da Sabesp, ele vai enfrentar resistência. Uma resistência dos municípios que estão preocupados, porque os municípios pequenos – que não são rentáveis – vão ficar ao ‘Deus dará’”.

O parlamentar afirmou que, apesar do governador dizer que vai montar um processo para que os municípios pequenos continuem a ser compensados pelos maiores, a verdade é que as experiências no mundo mostram o quão problemática é a privatização do saneamento, provocando o desabastecimento das regiões mais pobres. “Aliás, a gente está vendo no mundo as empresas serem reestatizadas. É o caso de Berlim, na Alemanha; Buenos Aires, na Argentina; ou mesmo

ciudades nos EUA, como Atlanta”, disse.

“Então, nós não podemos permitir que o governo entregue um patrimônio como a Sabesp, pois vai aumentar a tarifa, portanto prejudicar os que mais precisam, e não vão atender onde não dá lucro. É isso que preza a iniciativa privada, pelo seu lucro”, disse.

O deputado defendeu a união de sindicatos, prefeituras e câmaras municipais para criar um movimento que possa constranger o governador na tentativa de entregar um patrimônio tão importante como a Sabesp para a iniciativa privada. “Nós estamos falando de uma empresa lucrativa, então não podemos permitir que isso ocorra. Óbvio que ele vai tentar, mas nós vamos fazer o debate público e esperamos ganhar os deputados para que ele não venda essa que é uma empresa extremamente importante para o nosso estado”, ressaltou.



Presidente da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp questionou medida com ação no Trinunal de Costas do Estado

O deputado estadual Emídio de Souza (PT-SP) enviou um ofício ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), na segunda-feira (10), questionando a legalidade do processo de privatização da Sabesp, empresa estatal de saneamento básico de São Paulo.

O documento contesta a assinatura de um contrato entre o governo do Estado de São Paulo e a IFC (International Finance Corporation), uma agência pertencente ao ‘grupo Banco Mundial’, “sem prévia autorização legislativa e observância alguma dos procedimentos determinados sobre a matéria pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos”.

De acordo com o deputado, “a exigência de autorização legislativa ao processo de alienação de ativos de empresas estatais e a obrigatoriedade de licitação para a alienação de bens públicos são fundamentais para garantir a transparência, a publicidade e a proteção do patrimônio público; e é evidente que a dispensa disso tudo em qualquer etapa do processo configura afronta à Lei”.

“A Constituição Federal estabelece a necessidade de autorização legislativa para a prática de atos ainda que incipientes, mas que importem, ao final, na perda do controle acionário por parte do Estado em empresas estatais, como sociedades de economia mista e empresas públicas e essa exigência visa justamente garantir transparência e publicidade no processo de alienação de ativos públicos como um todo, como um conjunto, quando em análise ou julgamento, assegurando a proteção do patrimônio público”, diz o documento.

O deputado, que preside a Frente Parlamentar Contra a Privatização da Sabesp na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, já havia movido uma ação semelhante em março deste ano, quando conseguiu suspender o início do processo de privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). Além disso, prefeitos de municípios que possuem contratos com a Sabesp também questionam a viabilidade do processo de privatização.

Veja, a seguir, a íntegra do ofício:

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o cordalmente, e sendo certo que ao Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, instituição permanente e essencial à função jurisdicional de controle externo do Estado, instituído pela Lei Complementar estadual nº 1.110, de 14 de maio de 2010, alterada posteriormente pela Lei Complementar estadual nº 1.190/12, com base normativa sedimentada no artigo 130 da Constituição da República, compete promover e fiscalizar o cumprimento e a guarda da Constituição e das Leis, no que se refere à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de São Paulo e de seus municípios, bem como a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, requerendo, para tanto, as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário, solicito informações quanto ao posicionamento da instituição e eventuais providências contrárias e/ou apontamentos sobre a ratificação por parte do governo paulista da “inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos e consultoria para a estruturação da desestatização da Sabesp”, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, dia 07 de abril de 2023, Seção I, pg. 63 (doc. anexo).

Excelência, conta disso, restou marcado para o dia 10 de abril de 2023, conforme “Fato Relevante” noticiado pela Sabesp aos seus acionistas (doc. anexo), assinatura de um contrato entre o governo do Estado de São Paulo e a IFC (International Finance Corporation) – também conhecida como “Corporação Financeira Internacional”, sua razão social, uma agência pertencente ao ‘grupo Banco Mundial’, mas voltada especialmente para o setor privado – para estruturação da privatização da empresa.

Tudo, portanto, sem prévia autorização legislativa e

observância alguma dos procedimentos determinados sobre a matéria pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Ocorre que as normas veiculadas especialmente pela Constituição Federal de 1988 estabelecem, como se sabe, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme previsto em seu art. 37.

Não é sem razão, portanto, que o processo de privatização de uma empresa pública, desde sua estruturação, deve seguir procedimentos legais rígidos e transparentes.

Com efeito, a Constituição Federal estabelece a necessidade de autorização legislativa para a prática de atos ainda que incipientes, mas que importem, ao final, na perda do controle acionário por parte do Estado em empresas estatais, como sociedades de economia mista e empresas públicas e essa exigência visa justamente garantir transparência e publicidade no processo de alienação de ativos públicos como um todo, como um conjunto, quando em análise ou julgamento, assegurando a proteção do patrimônio público.

A autorização legislativa, como se sabe, deve ser feita por meio de lei em sentido formal, passando por todas as etapas do processo legislativo, como a aprovação nas comissões temáticas, a discussão e votação em plenário e a sanção pelo chefe do Poder Executivo.

A dispensa de licitação, por sua vez, só é permitida em situações específicas e previstas em lei, o que não se aplica, evidentemente, num processo em que se busca terminar com a alienação de ativos de uma empresa pública.

Em resumo, a exigência de autorização legislativa ao processo de alienação de ativos de empresas estatais e a obrigatoriedade de licitação para a alienação de bens públicos são fundamentais para garantir a transparência, a publicidade e a proteção do patrimônio público; e é evidente que a dispensa disso tudo em qualquer etapa do processo configura afronta à Lei.

No mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a imprescindibilidade de autorização legislativa ao Estado, por meio de lei em sentido formal, para a prática de atos que tratem sobre a perda do controle acionário de empresas e sociedades de economia mista, aduzindo a “inconstitucionalidade material da dispensa de licitação ao processo de alienação de ativos de sociedade de economia mista, por violação dos arts. 37, XXI, e 173, § 1º, III, da Constituição” (STF ADI 5624 MC-REF/DF).

Sobreleva anotar, conforme muito bem demonstrado pelo Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo em ilustrada peça subscrita por Vossa Excelência e que provocou a suspensão liminar do certame relacionado ao processo de “contratação de consultores para a estruturação de venda da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE”, que o respeito ao princípio da legalidade é primordial no trato da coisa pública.

Diante disso, ainda mais grave a assinatura de um contrato com a IFC para “estruturar” a privatização da Sabesp sem qualquer atendimento aos requisitos adrede estabelecidos pelo legislador.

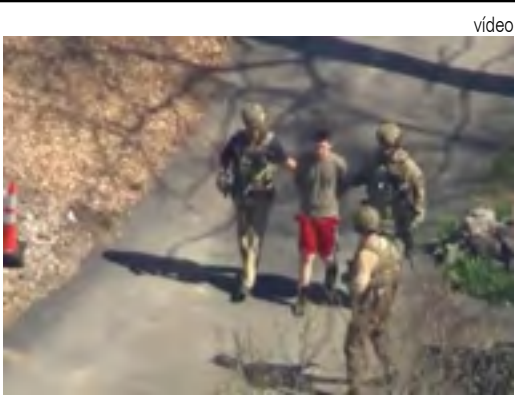
A escolha da IFC como responsável pela estruturação da privatização da Sabesp também deve ser avaliada com cautela porquanto a instituição é conhecida por defender políticas neoliberais e de privatização em todo o mundo, o que pode indicar um conflito de interesses na condução desse processo.

Parece certo, portanto, a administração estadual não pode ultimar os atos de assinatura do contrato com a IFC sem antes observar todos os trâmites adrede determinados em Lei.

Diante disso e certo de que a solicitação de informações e posicionamento ora apresentada será diligentemente respondida, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EMÍDIO DE SOUZA
Deputado Estadual PT-SP



Acusado de vazar documentos do Pentágono

Ao prender Jack Teixeira por vazamento, FBI expõe digitais do Pentágono na Ucrânia

Um avião da Guarda Nacional, Jack Douglas Teixeira, de 21 anos, foi preso em Boston na quinta-feira (13) sob acusação de vazamento de documentos do Pentágono, em um caso de grande repercussão, não só por ter supostamente relação com a guerra por procuração dos EUA/Otan contra a Rússia na Ucrânia e sua badalada ‘contraofensiva da primavera’, como pela revelação de que Washington foi flagrado de novo espionando regimes aliados, como a Coreia do Sul e Israel, e até o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres.

Curiosamente, a identidade do vazador havia sido exposta na véspera pelo jornal The New York Times. Na sexta-feira, as cenas de um jovem de calção vermelho sendo preso pelos vazamentos foram exibidas e repetidas na mídia à exaustão.

Entre os analistas, há questionamentos sobre a natureza do vazamento, inclusive se não se trata de manobra diversionista de que Teixeira acabou virando instrumento, tendo em vista a complicada situação ucraniana no terreno.

Como indicio disso, há a participação nesse imbróglio da notória fachada do serviço secreto inglês, o site Bellingcat, já utilizado anteriormente em operações encobertas e desinformação no Donbass e na Síria.

Foi o Bellingcat que publicou as primeiras pistas para a ‘caçada ao vazador’, como citado pelo Washington Post e pelo NYT, permitindo chegar à identidade dele.

Curiosamente, uma semana antes a agência de notícias britânica Reuters atribuiu enfaticamente à Rússia o vazamento, citando fontes sob anonimato dos serviços secretos norte-americanos.

Analistas também apontaram a coincidência entre o “vazamento” e o surgimento de declarações de círculos próximos ao Pentágono sobre a necessidade de adiar até o verão a contraofensiva ucraniana anunciada para abril.

O Kremlin reagiu ao vazamento, com o porta-voz presidencial, Dmitry Peskov, assinalando que a Rússia “não tem a menor dúvida sobre o envolvimento direto ou indireto” dos EUA e da OTAN na guerra na Ucrânia e que “esse nível de envolvimento está aumentando”.

Por sua vez, o regime de Kiev, como era de se esperar, atribuiu o vazamento à “desinformação russa”. “O propósito do ‘vazamento’ de dados supostamente secretos é desviar a atenção dos preparativos reais para o próximo estágio da guerra... Semear certas dúvidas e suspeitas mútuas entre os parceiros”, postou no Telegram o conselheiro de Zelensky, Mykhailo Podolyak.

E altamente improvável que o comando russo engula pelo valor de face o súbito vazamento, para a sua campanha de desmilitarização e desnazificação da Ucrânia.

Apesar de cerca de 60 documentos terem sido divulgados até agora, os meios de comunicação dos EUA indicam ter acesso a muito mais. O Post informou na quinta-feira que “revisou aproximadamente 300 fotos de documentos classificados, a maioria dos quais não foi tornada pública”.

Teixeira permanecerá na prisão até sua audiência de detenção em 19 de abril, disse o escritório da promotoria em Boston. Segundo a CNN, ele não apresentou contestação formal no tribunal na sexta-feira (14). Dependendo das acusações, ele estará sujeito a 10 anos ou mais de cárcere.

Desde fevereiro de 2022, o público norte-americano vem sendo submetido a uma enxurrada incessante de propaganda em torno da guerra na Ucrânia, que visa angariar apoio para o envolvimento dos EUA em um conflito militar brutal e fratricida do outro lado do globo contra uma potência nuclear; a serviço da expansão da Otan e da manutenção da ‘ordem unipolar sob regras’ dos EUA.

A mídia repete dia e noite que o conflito é uma “guerra não provocada”; que os objetivos da Ucrânia são “defensivos” e não há “tropas americanas” na Ucrânia. Ainda, que a vitória sobre os russos malvados “está chegando”, se Washington enviar mais dinheiro e armas.

JABUTI NA FORQUILHA?

Segundo o Washington Post, um homem conhecido como “OG” [Old Guy, Cara Velho] inicialmente começou a compartilhar os documentos com cerca de duas dezenas de conhecidos em uma sala de bate-papo privada chamada “Thug Shaker Central” na plataforma amigável para jogadores, Discord. Os documentos vazados são uma salada de classificações. Desde sensível, mas não classificado, a Secret e a ‘Top Secret/NOFORN’ – o que significa que aliados estrangeiros não têm acesso.

Ao grupo, o vazador teria dito que trabalhava em uma base militar onde passava parte do dia dentro de uma “instalação segura que proibia telefones celulares e outros dispositivos eletrônicos”, e anotava documentos classificados para compartilhar, o que depois evoluiu para a postagem de fotos.

Oriundo de uma família de militares de ascendência portuguesa, Teixeira havia sido destacado para a Base da Guarda Aérea Nacional Otis em Massachusetts, onde foi alocado em uma unidade de inteligência como especialista em TI responsável por redes de comunicações militares e recebeu em 2021 uma autorização de segurança ultrassecreta.

A plataforma Discord forneceu ao FBI por volta de 12 de abril registros com informações sobre o administrador do servidor. Tais registros mostraram que Teixeira usou seu nome real e endereço residencial para as informações de cobrança associadas à sua conta.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

1,5 milhão saem às ruas na França contra o assalto de Macron às aposentadorias



Reprodução Cresce a ira dos franceses contra aumento da idade mínima para aposentadoria

Macron é recebido com repúdio na Holanda: “Presidente da hipocrisia e da violência”

“Macron é o presidente da hipocrisia e da violência”, denunciaram nesta terça-feira (11) manifestantes que levantaram a voz, faixas e cartazes, interrompendo o pronunciamento do governante francês em Haia. “Quando você vai ouvir as milhões de pessoas nas ruas? Voltou a atropelar o parlamento”, assinalaram os ativistas, entre outras contestações.

Conforme mostra o vídeo sobre o evento, as palavras de ordem em inglês e francês mobilizaram os seguranças, que expulsaram os ativistas do plenário.

Emmanuel Macron pretendia fazer um discurso sobre a soberania econômica e industrial da Europa sem ter de se confrontar com os inúmeros atropelos que seu governo vem cometendo.

“Onde está a democracia francesa?”, questionaram os manifestantes, bradando perguntas e denúncias, alternadamente, enquanto desenhavam uma faixa protestando contra a retirada de direitos da população. “Há milhões de manifestantes nas ruas, e ainda acha que tem algo a dizer à Europa”, disse uma das ativistas presentes, ao lembrar que o governo francês está tentando impor uma reforma que aumenta de 62 para 64 anos a idade mínima para a aposentadoria o que é repudiado por atos em todo a França.

Depois da manifestação – intensamente aplaudida pelo plenário do evento em Haia até o momento da expulsão dos questionadores –, Macron quis sair pela tangente, alegando que a revolta francesa seria “um debate social”.

“Posso responder a todas as perguntas sobre o que estamos discutindo na França”, disse. “Isto é democracia e uma democracia é exatamente um lugar onde você pode se manifestar com este tipo de intervenção aqui”, tergiversou – exatamente no momento em que os seguranças expulsavam os manifestantes – como se passar por cima do parlamento de seu país fosse uma atitude “democrática” em meio a um “debate social”.

Sobre o assalto à Previdência, disse que os franceses “deviam estar menos aborrecidos com seu bem-estar já que se mantêm com qualidade muito superior a 64 anos, diferente do que era antes”.

Após desmascarado e em um acesso de cinismo, o presidente que quer impor uma mudança constitucional atropelando o parlamento, veio com esse primor de enrolação: “No dia em que você disser a si mesmo que ‘quando discor-



Ludivine Main/AFP Faixa denuncia “violência e hipocrisia” de Macron

do da lei que foi aprovada ou das pessoas que foram eleitas, posso fazer o que quiser porque decido por mim mesmo a legitimidade do que faço’, você está colocando em risco a democracia”. Em outras palavras, tentou impor uma inversão da lógica do convívio cidadão ao assinalar que aquele que se revolta contra um governante ditatorial, como ele, é que estaria cometendo um ato antidemocrático.

A chamada “reforma” previdenciária ocorre em um momento em que a população francesa padece com a alta da inflação, boa parte dela fruto da decisão de Macron de alistar-se à guerra por procuração de Biden contra a Rússia na Ucrânia, com o país europeu sofrendo o efeito das perverso da adesão às sanções a Moscou urdidas na Casa Branca e inclusive armando o regime nazista de Kiev, isso tudo depois da França passar anos fingindo querer a implementação dos Acordos de Minsk.

Com apoio da China, sauditas e iemenitas se encontram para iniciar negociações de paz

Representantes da Arábia Saudita e de Omã estão em Sanaa, capital do Iêmen, e se reuniram com o presidente do país e líder do governo revolucionário, Mahdi al-Mashat, para negociar um cessar-fogo e dar fim à guerra, que aflige o Iêmen desde 2014.

As negociações de paz se tornaram possíveis desde os acordos entre o Irã e a Arábia Saudita sob mediação do governo da China.

Omã está agindo como intermediador das conversas entre a Arábia Saudita, que apoia e age ao lado do antigo governo, deposto por um massivo levante popular; e o governo que controla a capital e o norte do país. A primeira reunião aconteceu no domingo.

Já estão sendo discutidas as condições para um cessar-fogo, o cronograma para a retirada das tropas da Arábia Saudita do Iêmen e a suspensão do bloqueio imposto pelos sauditas aos portos iemenitas controlado pelo governo de Sanaa.

Um representante do governo revolucionário do Iêmen afirmou que o cessar-fogo será realizado com o fim das agressões da Arábia Saudita contra o país que exige o fim completo das sanções.

As medidas concretas para o fim do conflito armado que aflige o Iêmen desde 2014 deverão ser anunciadas em duas partes. A primeira, antes do dia 20 de abril, quando iniciam as festividades do Eid al-Fitr, que marcam o fim do jejum do Ramadã. O restante deverá ser anunciado após o dia 21, quando se encerra essa data de celebração.

A visita do grupo diplomático da Arábia Saudita à capital do Iêmen para uma reunião com o presidente do país, Mahdi al-Mashat, demonstra que as negociações de paz já atingiram uma nova etapa, vista com otimismo por ambos os lados.

No começo do mês, os revolucionários e a Arábia Saudita realizaram trocas de prisioneiros. Outras trocas já estão sendo negociadas.

A guerra no Iêmen, travada entre os revolucionários e o antigo governo, que age em nome e ao lado da Arábia Saudita, já foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das maiores catástrofes humanitárias do planeta.

A ONU calcula que mais de 370 mil pessoas já morreram, direta ou indiretamente, por



SABA Prisioneiros libertados são recebidos no Iêmen

conta do conflito.

Reportagens mostraram ao longo destes anos como os iemenitas pereceram em meio a bombardeios de escolas, casamentos, funerais e aldeias, por forças sauditas.

A Arábia Saudita, apoiando o governo que foi deposto pelo levante popular, bombardeou o Iêmen ao longo dos últimos oito anos. Essas ações aconteceram com apoio financeiro e militar dos Estados Unidos.

Em janeiro de 2022, por exemplo, um míssil enviado pelos Estados Unidos foi utilizado pela Arábia Saudita em um ataque contra um prédio em Saada, na região noroeste do Iêmen.

O ataque matou dezenas de civis, inclusive crianças. A bomba foi produzida pela Raytheon, que é uma das principais indústrias bélicas dos Estados Unidos.

Ataque do governo francês aos direitos previdenciários foi respondido com a 12ª jornada de greves e manifestações

Os franceses voltaram às ruas nesta quinta-feira (13) em defesa dos direitos previdenciários e em protesto contra o governo de Emmanuel Macron que impõe aumentar de 62 para 64 anos a idade mínima das aposentadorias. Mostrando que a paciência está se esgotando, os manifestantes levantaram faixas e cartazes expressando “clima de cólera” contra o presidente, em que marcavam o seu repúdio com a consigna “64 é não”.

CGT

“Foram mais de 1,5 milhão de pessoas”, comemorou a secretária-geral da Confederação Geral do Trabalho, Sophie Binet, sublinhando o apoio massivo da população ao movimento, às vésperas da decisão do Conselho Constitucional. Sem base para passar o facão nos direitos, até o momento Macron tem se utilizado de artifícios legais e brechas da Constituição para promover o atropelo.

Composto por nove “sábios” escolhidos em partes iguais pelos presidentes da França e das duas câmaras do Parlamento, a composição atual favorece o governo: dois foram escolhidos pelos socialistas, quatro pelos centristas e três pela direita. Seu presidente é o ex-primeiro-ministro socialista Laurent Fabius e é integrado, entre

outros, pelo ex-chefe de governo de direita Alain Juppé, assim como dois ex-ministros de Macron: os centristas Jacques Mézard e Jacqueline Gaurault.

Diante das cartas marcadas, a reação popular se agiganta. Houve confrontos entre manifestantes e policiais. A prefeitura comunicou 36 prisões, que também relatou 10 policiais feridos. Um jornalista do site Actu Lyon foi ferido durante um ataque policial para que interrompesse sua cobertura ao vivo. Ele caiu no chão e levou um cassete na cabeça ao tentar se levantar, antes de ser levado a um hospital.

DESAPROVAÇÃO

O próprio governo reconheceu que mesmo na pequena ilha de Ouessant houve um recorde de manifestantes, o que reflete a crescente desaprovação à proposta presidencial, também expressa nas pesquisas que apontam mais de 70% de rejeição.

Deputados e senadores progressistas e de esquerda apresentarão um segundo pedido ao Conselho Constitucional a fim de que a idade legal de reforma não possa ser fixada para além dos 62 anos. Macron vem carregando a repulsa da população e tendo sido vaiado recentemente na Holanda, onde perguntaram pela democracia sob seu governo.

Zakharova condena a conivência de Washington à perseguição do regime de Kiev aos cristãos

A porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, condenou na terça-feira (11) o “silêncio dos Estados Unidos” diante da perseguição à Igreja Ortodoxa Canônica Ucraniana (UOC) por parte do regime de Kiev, além de uma série de ocupações de catedrais por partidários da dissidente Igreja Ortodoxa da Ucrânia (UCO), criada após o golpe de 2014.

A diplomata referiu-se à coletiva de imprensa dada pelo vice-porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Vedant Patel, na qual foi questionado sobre se o órgão responsável pelas relações internacionais do país tinha conhecimento dos ataques violentos contra as paróquias da UOC. “Não estou ciente desses relatórios específicos”, disse Patel, acrescentando que “não podia falar” sobre os episódios em questão, mas que o Departamento de Estado ficaria “feliz em examiná-los”.

“Isto é integridade. Resolveram não comentar [...], não veem, não ouvem, não percebem. [...] Perseguição de UOCs? O que vocês estão dizendo? Violação de direitos humanos e liberdades religiosas na Ucrânia? Eu realmente não fiquei sabendo”, ironizou Zakharova.

ELIMINAR IGREJA

O conselheiro de Zelensky, Mykhailo Podoliak, em entrevista ao canal de TV Ucrânia 24, pediu a eliminação da Igreja cristã ortodoxa Ucraniana (UOC) – nas palavras dele, “limpeza física” – e, em um rompante eugenista, comparou a religião de milhões de ucranianos e russos a “um abscesso que deve ser fechado cirurgicamente”.

Esses episódios de discriminação com buscas, apreensões de igrejas e acusações por uma suposta atividade pró-Rússia, foram registrados e condenados pela própria ONU. Nos últimos dias se concentraram na tentativa do governo de Vo-

lodymyr Zelensky de expulsar os monges do secular Mosteiro das Cavernas em Kiev.

Os religiosos do lendário convento, fundado no século XI, persistem na recusa de abandonar o local até que haja uma decisão judicial que revalide o incumprimento unilateral do arrendamento por parte do governo ucraniano. Seu líder, o bispo metropolitano Pavel, teve sua prisão domiciliar decretada por dois meses, após sua residência ser invadida e revistada.

Durante dias a resistência de fiéis e religiosos impediu a consumação do esbulho. Monges espargiram água benta nos provocadores que, gritando slogans nazistas, tentavam ocupar o mosteiro. A noite, os fiéis permanecem de guarda para proteger os santuários da invasão.

MONGES

O governo Zelensky havia arbitrariamente anunciado que 220 monges deveriam deixar o mosteiro, por supostamente não estar mais valendo acordo de usufruto, a menos que os religiosos se filiassem à Igreja pró-Maidan instituída durante o governo Poroshenko, a UCO, uma igreja “ucraniana pura”. Em 19 de janeiro, o regime de Kiev apresentou um projeto de lei para banir qualquer igreja que fosse acusada de “ligação com a Rússia”.

O prefeito da cidade ucraniana de Lvov, Andrei Sadovoi, declarou na última quinta-feira que a Igreja Ortodoxa Canônica deixou de existir na cidade.

“Nestes dois dias terminamos a história do Patriarcado de Moscou em nossa cidade”, esbravejou Sadovoi.

Neste contexto, disse que foi demolida uma igreja de madeira que as autoridades qualificaram de construção ilegal, adiando que os edifícios de várias outras igrejas da cidade serão entregues à Igreja Ortodoxa da Ucrânia (UCO), promovida por Kiev, ou outras organizações.



Médicos nas ruas de Londres contra salários reajustados abaixo da inflação

Médicos ingleses retomam greve contra arrocho salarial

Os médicos ingleses iniciaram uma greve de quatro dias, nesta terça-feira (11), por conta da desvalorização dos salários nos últimos anos. A greve causa uma interrupção sem precedentes no Reino Unido em hospitais e postos de saúde.

Na paralisação, que ocorre após protesto anterior de três dias no mês passado, a estimativa é que cerca de 350 mil consultas e operações sejam canceladas até o fim da greve.

Denunciando que nos últimos 15 anos os salários sempre foram corrigidos abaixo da inflação, a classe exige voltar aos níveis reais de 2008, o que significaria um aumento salarial de 35%.

A Associação Médica Britânica dá um exemplo para ajudar a perceber a dimensão dos salários neste momento: atualmente um jovem médico ganha menos que um barista em um café. Em Londres, seguranças e babás ganham mais do que isso, assegura a organização. “Achei que me tornar médica me tornaria financeiramente independente, mas não sou”, disse Becky Bates, recém-formada em medicina na região central da Inglaterra.

“Com empréstimos para pagar as mensalidades e empréstimos pessoais, saí da faculdade de medicina com mais de 100.000 libras em dívidas. Agora não posso nem consertar meu carro se algo der errado”, lamenta. “Esta última rodada de greves terá níveis incomparáveis de interrupção e estamos muito preocupados com a potencial gravidade do impacto sobre pacientes e serviços em todo o país”, constata o diretor nacional do Serviço Nacional de Saúde (NHS), Stephen Powis.

“Também pedimos (aos hospitais) para reagendar procedimentos e pacientes ambulatoriais o mais rápido possível, mas isso”, afirmou Powis à BBC, acrescentando que o NHS está trabalhando para garantir que os serviços de emergência sejam mantidos intactos. A greve é a mais recente de funcionários do NHS, após paralisações de enfermeiras, paramédicos e outros grupos. Todos exigem aumentos que reflitam a inflação anual de mais de 10% na Inglaterra.

Nos últimos meses, trabalhadores ferroviários, enfermeiros, policiais de fronteira, professores e outros profissionais também entraram em greve para exigir aumentos salariais devido à alta dos preços dos alimentos e da energia. O primeiro-ministro britânico Rishi-Sunak, disse que reduzir o tempo de espera nos hospitais é uma das prioridades de seu governo em meio à erosão da satisfação do público com uma instituição que era motivo de orgulho nacional.



MRE - Itamaraty. (Marcelo Camargo - Ag. Brasil)

Brasil resgata fórum do Atlântico Sul com países vizinhos e africanos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é um dos impulsores do regresso do fórum internacional adormecido há uma década, do qual é um dos protagonistas. Entre os dias 17 e 18 de abril, os países da Zopacas (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) se reunirão em Cabo Verde, na primeira reunião ministerial desde 2013.

Nessa reunião, o Brasil vai ser representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O grupo surgiu em 1986, com ênfase na cooperação e intercâmbio militar. Fazem parte Brasil, Argentina, Uruguai e 21 nações africanas banhadas

pelo Atlântico. Entre os principais temas da reunião estão o combate à pirataria e à pesca ilegal. A reativação da entidade é mais uma peça da estratégia diplomática do governo Lula para ocupar espaços internacionais após o período do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), quando o Brasil virou pária na comunidade internacional. Outras iniciativas na mesma linha incluem a recomposição do Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), além da tentativa de Lula de mediar acordo de paz entre a Rússia e a Ucrânia.

Deputados do Reino Unido, Brasil e EUA exigem liberdade para Assange



Ato em Londres exige fim da prisão de Assange e, no Brasil, 97 deputados repelem extradição

China está 'pronta para barrar' interferência externa em Taiwan, afirma Comando do EPL

O Exército Popular de Libertação (EPL) da China anunciou que está pronto para lutar e acabar com qualquer interferência estrangeira em Taiwan, após encerrar na segunda-feira (10) os três dias de exercícios de combate em larga escala em torno da ilha, de “fechamento de Taiwan”, desencadeados após a provocação realizada pela líder secessionista Tsai Ing-wen, ao se reunir com o presidente da Câmara de deputados dos EUA, Kevin McCarthy, na Califórnia, para violar explicitamente o princípio de Uma Só China que – desde o restabelecimento das relações diplomáticas no governo Carter – rege as relações entre China e EUA.

“As tropas chinesas estão prontas para lutar a qualquer momento para esmagar resolutamente qualquer forma de ‘separação’ de Taiwan ou tentativas de interferência estrangeira”, disse o EPL na segunda-feira (10).

Segundo o princípio da Uma Só China, base da política externa da China desde a vitória da revolução em 1949, Taiwan se trata de uma questão interna da China, que será resolvida pacificamente se forças externas não agirem para insuflar o separatismo.

Enquanto Tsai comparecia ao beija-mão nos EUA, o ex-presidente de Taiwan e líder do maior partido de oposição, Kuomitang (KMT), Ma Ying-jeou, em visita à China continental declarou “somos todos chineses”, defendeu o Consenso de 1992 pelo entendimento entre os dois lados do Estreito, homenageou o fundador da China moderna, Sun Yat Sen, e exaltou a luta comum contra a agressão imperial japonesa. Nas eleições municipais do ano passado, o Kuomitang venceu na capital e nas principais cidades. Em janeiro do próximo ano, haverá eleições gerais em Taiwan.

As manobras “Espada Profunda” do EPL com navios, aviação e forças de mísseis deixaram claro que a soberania chinesa será defendida a



Porta-aviões Shandong de fabricação chinesa

qualquer custo. Em agosto do ano passado, quando da provocação anterior da então presidente da Câmara dos EUA Nancy Pelosi em Taiwan, a China havia realizado os maiores exercícios militares no Estreito de Taiwan em décadas.

ENSAIO GERAL

Agora, foram mais de 200 voos de advertência, com caças e bombardeiros chineses ultrapassando a linha média do Estreito, que funciona como um limite informal. Pela primeira vez, o porta-aviões chinês Shandong se posicionou a leste da ilha, cortando caminho a possíveis aventureiros. Onze navios de guerra simularam o cerco à ilha. Sistemas de mísseis foram acionados desde o continente, ensaiando uma contenção massiva de interferência externa.

O cerco a Taiwan de três dias constituiu um teste abrangente das capacidades operacionais conjuntas integradas de várias forças militares em cenários de combate realistas, disse o coronel sênior Shi Yi, porta-voz do Comando de Teatro Oriental do EPL, em um comunicado na noite de segunda-feira.

O porta-aviões Shandong juntou-se na segunda-feira ao terceiro e último dia dos exercícios em torno de Taiwan, com navios de guerra praticando assaltos

a navios hostis em fuga e um bloqueio marítimo. Seu grupo naval compreendia um contratorpedeiro Tipo 055 de 10.000 toneladas, um contratorpedeiro Tipo 052D, duas fragatas Tipo 054A e um navio de reabastecimento. Normalmente, observou o jornal Global Times, se espera que um submarino de ataque movido a energia nuclear também faça parte de um grupo de porta-aviões.

Dezenas de caças da Força Aérea do EPL realizaram patrulhas de combate no Estreito de Taiwan e nos extremos norte e sul da ilha, praticaram táticas de busca e destruição visando navios de guerra e aviões hostis, bem como bloqueio aéreo. Sob a cobertura e o apoio de aeronaves de alerta precoce, caças e aviões de guerra eletrônica, bombardeiros H-6K carregando munições reais realizaram várias ondas de ataques simulados em alvos-chave na ilha de Taiwan.

Baterias de mísseis também foram acionadas desde a parte continental, simulando disparos. A força de mísseis do EPL, com seus mísseis anti-navio “assassinos de porta-aviões”, podem impedir que navios de guerra de médio e grande porte de forças externas acessem as portas da China.

Em parceria com a Agência de Notícias Xinhua

Leia íntegra no site do HP

Chacina em banco no Kentucky deixa cinco mortos

Uma chacina a tiros deixou cinco mortos e oito feridos no centro de Louisville, no Estado do Kentucky, nesta segunda-feira (10).

Um homem invadiu um banco na rua East Main, no centro da cidade, no início da manhã e abriu fogo contra as pessoas que estavam lá dentro. Entre as vítimas, duas eram policiais e duas clientes do banco. Outras oito pessoas ficaram feridas e foram levadas a um hospital local, e duas delas, segundo as autoridades, estão em estado grave.

A polícia informou ainda que o atirador “foi morto no local”, mas não disse como ele morreu, e afirmou que o homem tinha um vínculo com o banco, sem especificar qual. O atirador ficou mais de duas horas no local, e a segurança chegou a pedir para que as pessoas não circulassem na área.

O agressor era “um lobo solitário”, ou seja, a chacina foi ação individual, segundo declarou o policial Paul Humphrey,

que também esclareceu em entrevista coletiva que o agressor “tinha uma ligação com o banco”, segundo a CNN. Especificamente, ele seria um ex-funcionário da entidade, embora os motivos de sua ação não tenham sido divulgados.

EM 2023: 146 TIROTEIOS

Até agora, neste ano, nos Estados Unidos houve 146 tiroteios em massa – assim definidos os incidentes em que quatro ou mais pessoas foram baleadas ou mortas – dados do Gun Violence Archive na – plataforma sem fins lucrativos de distribuição de mídia social que cataloga todos os incidentes de violência armada nos Estados Unidos, fundada pelos ativistas Michael Klein e Mark Bryant.

Também já houve 90 tiroteios em escolas – definidos como qualquer incidente em que uma arma

é disparada em propriedade escolar – nos Estados Unidos em 2023, de acordo com a Base de Dados de Tiroteios em Escolas K-12, um site fundado pelo pesquisador David Riedman. O último conhecido foi no final de março em uma escola em Nashville, Tennessee, quando uma mulher armada com “pelo menos” dois rifles de assalto e uma pistola abriu fogo, em uma escola de ensino fundamental, matando três crianças e três adultos até ser abatida.

A consequência da reação a esse crime foi, na quinta-feira (6), uma manifestação de estudantes convocada para exigir medidas que evitem a repetição desse massacre, e a cassação pela maioria republicana na Assembleia Estadual do Tennessee, retirando o mandato de dois deputados negros democratas, depois que os parlamentares apoiaram o protesto.

Parlamentares da Austrália e do México também se somam à exigência pelo fim do cativo do jornalista australiano na Guantánamo britânica, que completou quatro anos no último dia 11

O editor que expôs ao mundo com milhares de documentos os crimes de guerra dos Estados Unidos no Iraque e Afeganistão, Julian Assange, completou na terça-feira (11) quatro anos de cativeiro na prisão de segurança máxima de Berrsmarsh, conhecida como a ‘Guantánamo britânica’, onde é mantido encarcerado para ser extraditado por ‘espionagem’ para um calabouço da CIA pelo resto da vida.

Sob a palavra de ordem “Biden, retire as acusações!” (#BidenDropTheCharges), cartas assinadas respectivamente por parlamentares do Reino Unido, Brasil, México, Austrália e inclusive dos EUA foram encaminhadas à Casa Branca via embaixada nesta data, exigindo o fim da perseguição ao premiado jornalista.

Como o WikiLeaks tem reiterado, as acusações contra Assange são “um ataque sem precedentes à liberdade de imprensa e ao direito do público de saber” e almejam servir de folha de parreira para a extensão da extraterritorialidade das leis americanas a jornalistas em qualquer canto do planeta.

Assange é o mais ilustre preso político do mundo e, aos 51 anos, passou um terço de sua vida sob perseguição feroz por ter exposto a guerra do “petróleo por sangue”, a tortura, a corrupção e a ingerência dos EUA mundo afora.

E por, ao fazê-lo, ter sido capaz de trazer até mesmo alguns dos maiores jornais do mundo na exibição desses fatos, repetindo o feito de Daniel Ellsberg e dos “Papéis do Pentágono” nos idos do Vietnã. Milhões de mortos e de refugiados, cidades arrasadas, crianças órfãs aos magotes, países inteiros destruídos – o plano era sete países islâmicos [com petróleo] em cinco anos, segundo o ex-comandante da OTAN Wesley Clark.

O que ficou sintetizado no vídeo, dos arquivos do Pentágono, do metralhamento por um helicóptero Apache de dois jornalistas da Reuters e uma dezena de civis sob ordens do comando operacional, o tristemente célebre “Assassinato Colateral”.

Cujos autores materiais e mandantes seguem impunes. Um amplo movimento internacional pela revogação da extradição e imediata libertação de Assange segue se espalhando no mundo inteiro e, junto com os esforços da defesa do jornalista, é o que impediu até aqui que tamanha ignomínia prevalecesse. Assange, na prisão, casou com a advogada Stella Moris, com quem tem dois filhos pequenos.

No ano passado, o sistema judicial britânico carimbou, como ordenara Biden, a extradição de Assange, pedida pelo antecessor Trump; Londres já deu seu aval. Líderes como o presidente Lula e seu homólogo mexicano López Obrador têm clamado pela libertação de Assange, assim como entidades de jornalistas, personalidades, artistas, associações da juventude e organizações como os Repórteres Sem Fronteiras e a Anistia Internacional.

“LIBERDADE”

35 parlamentares britânicos escreveram ao procurador-geral dos EUA no quarto aniversário da prisão de Assange para exigir que Washington abandone seus esforços para extraditá-lo. Eles alertam que a extradição de um jornalista e editor premiado “teria um impacto assustador no jornalismo e estabeleceria um precedente perigoso para outros jornalistas e organizações de mídia. Isso também prejudicaria a reputação dos EUA em relação à liberdade de expressão e ao estado de direito”, segundo o Morning Star.

“Qualquer extradição seria, de fato, colocar a liberdade de imprensa em julgamento. Seria um precedente perigoso para jornalistas e editores de todo o mundo”, afirma a carta, que pede um “ponto final” à

“ultrajante acusação iniciada pelo governo Trump” e é assinada por parlamentares de seis partidos, de trabalhistas a conservadores, incluindo ainda liberais, verdes, Plaid Cymru (País de Gales) e SNP (escoceses).

No Brasil, 97 deputados federais assinaram uma carta ao governo Biden, pedindo a retirada do pedido de extradição de Assange. “Somamos a nossa voz ao apelo público crescente em toda a sociedade civil, organizações de direitos humanos, grupos de imprensa, classe política, artística e jurídica que entendem que a perseguição contra o Sr. Assange deve ser interrompida imediatamente. Concordamos plenamente com o Conselho da Europa, que considera o tratamento do Sr. Assange uma das ‘mais severas ameaças à liberdade de imprensa’”. Reiteramos as posições do Parlamento da União Europeia e de parlamentares de todo o mundo que se opõem à extradição e expressam preocupação com as violações dos direitos humanos, civis e políticos fundamentais do Sr. Assange”.

Quase uma centena de legisladores federais e locais mexicanos exigiram que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o Congresso daquele país retraiam as acusações contra Assange e encerrassem o processo de extradição em andamento, assinalou o jornal La Jornada. “Nós nos unimos ao apelo pela libertação imediata de Assange, feito por organizações internacionais nas Nações Unidas, Anistia Internacional, outros defensores dos direitos humanos e associações legais e médicas.”

Senadores e deputados se juntaram, disseram eles, “a uma crescente voz pública na sociedade civil, organizações de direitos humanos, grupos de imprensa e a classe política e judicial que proclama que a perseguição a Assange deve parar”. Entre os signatários, estão o secretário-geral de Morena [o partido do presidente López Obrador], Citlali Hernández, e os deputados Manuel Vázquez Arellano e Jorge Toledo.

Em uma carta aberta assinada por 48 parlamentares de seis partidos, os representantes mexicanos alertaram que a extradição, se consumada, “estabeleceria um precedente perigoso para todos os cidadãos do mundo, jornalistas, editores, organizações de mídia e liberdade de imprensa”. Eles também disseram que uma clara maioria dos australianos acredita que esse problema já se estendeu por muito tempo e deve terminar. Eles concluem instando o governo Biden a “abandonar o processo de extradição e permitir que Assange retorne à Austrália”.

Nos EUA, seis deputados democratas pediram que cesse a perseguição do governo dos EUA a Assange, alertando que protesto no mundo inteiro contra a extradição do jornal explicita “os conflitos entre... os valores declarados da liberdade de imprensa da América e sua perseguição ao Sr. Assange”.

São signatários Rashida Tlaib, Jamaal Bowman, Cori Bush, Greg Casar, Alexandria Ocasio-Cortez (AOC), Ilhan Omar e Ayanna Pressley, que afirmam que as acusações contra Assange “representam uma ameaça grave e sem precedentes à atividade jornalística cotidiana protegida constitucionalmente, e que uma condenação representaria um revés histórico para a Primeira Emenda”.

A carta reitera que se trata da primeira vez na história dos EUA que “um publicador de informações verdadeiras foi indiciado sob a Lei de Espionagem”, acrescentando que essas informações sobre as guerras do Iraque e do Afeganistão foram compartilhadas com os principais jornais, como The New York Times e Washington Post. “Com base na lógica legal desta acusação, qualquer um desses jornais poderia ser processado por se envolver nessas atividades de reportagem”.

Leia mais no site do HP

Declaração conjunta:

Lula e Xi reforçam multilateralismo e comércio em moedas nacionais

Sobre a guerra na Ucrânia, eles afirmam que “diálogo e negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia e que todos os esforços conducentes à solução pacífica da crise devem ser encorajados e apoiados”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da China, Xi Jinping, concluíram o primeiro encontro em Pequim na sexta-feira (14) com uma declaração conjunta. Entre os pontos mais relevantes estão a concordância em “aprofundar o diálogo na área econômico-financeira e fortalecer o comércio em moedas locais”.

MULTILATERALISMO

Os presidentes ressaltaram as rápidas mudanças e turbulências internacionais para reforçar a defesa do direito internacional e o multilateralismo. “As duas partes consideraram que, no atual contexto de rápidas mudanças e marcadas turbulências internacionais, é preciso renovar os esforços em prol dos valores comuns da humanidade: paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade”.

“Reiteraram o compromisso com a defesa do direito internacional, inclusive os propósitos e princípios na Carta das Nações Unidas, como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. Reafirmaram o compromisso de promover a democratização das relações internacionais e o multilateralismo”.

Os dois presidentes falaram sobre investimentos na área de infraestrutura e destacaram “o elevado potencial de investimentos e cooperação dos dois países na área de infraestrutura de transportes, inclusive ferrovias”. Sobre a guerra na Ucrânia, Lula e Xi “afirmam que diálogo e negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia e que todos os esforços conducentes à solução pacífica da crise devem ser encorajados e apoiados”.

UMA SÓ CHINA

O governo brasileiro reiterou que “adere firmemente ao princípio de uma só China, e que o governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China, enquanto Taiwan é uma parte inseparável do território chinês”. Ao reafirmar o princípio da integridade territorial dos estados, apoiou o desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. A parte chinesa manifestou o grande apreço a esse respeito”.

“O Brasil recebeu positivamente a proposta chinesa que oferece reflexões conducentes à busca de uma saída pacífica para a crise. A China recebeu positivamente os esforços do Brasil em prol da paz. As partes apelaram a que mais países desempenhem papel construtivo para a promoção da solução política da crise na Ucrânia. As partes decidiram manter os contatos sobre o assunto”.

Brasil e China reconheceram a importância do intercâmbio estratégico no setor aeroespacial entre os dois países. Concordaram em reforçar o diálogo nessa área no âmbito da COSBAN, bem como em promover ampla cooperação industrial no setor. Saudaram

a parceria entre a Embraer e companhias aéreas chinesas.

PARCERIA TECNOLÓGICA

Além dos entendimentos na área comercial em diversos ramos, os dois presidentes “renovaram o interesse em trabalhar conjuntamente nas áreas de energias renováveis, transição e eficiência energética, com ênfase em bioenergia, hidrogênio e combustíveis sustentáveis para aviação, e promover investimentos recíprocos, pesquisa e inovação na área de transição energética”.

Leia abaixo:

DECLARAÇÃO CONJUNTA

1. A convite do Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma visita de Estado à China, entre os dias 12 e 15 de abril de 2023.

Durante a visita, os dois chefes de Estado mantiveram reunião em atmosfera calorosa e cordial. Intercambiaram percepções sobre as relações sino-brasileiras em todas as áreas de cooperação bilateral, bem como sobre temas internacionais e regionais de interesse comum, chegando a amplos consensos. O Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Li Qiang, e o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China, Zhao Leji, mantiveram reuniões em separado com o Presidente Lula.

2. A parte brasileira expressou calorosas congratulações pela realização das primeiras sessões da 14^a Assembleia Popular Nacional e do 14^o Comitê Central da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e pela reeleição de Xi Jinping como Presidente da República Popular da China e como Presidente da Comissão Militar Central. A parte chinesa expressou calorosas felicitações ao Presidente Lula pelo seu terceiro mandato como Presidente da República Federativa do Brasil.

3. As partes recordaram e avaliaram positivamente os êxitos alcançados no desenvolvimento da parceria Brasil-China desde o estabelecimento das relações diplomáticas. Expressaram a vontade das duas partes de aproveitar o 30^o aniversário da Parceria Estratégica Brasil-China este ano e do 50^o aniversário de relações diplomáticas em 2024 para continuar a estimular o intercâmbio de visitas oficiais e o diálogo entre as autoridades dos dois países, incrementando a confiança política mútua e consolidando a base política das relações sino-brasileiras, com vistas a fortalecer a Parceria Estratégica Global Brasil-China de forma aberta, inclusiva, cooperativa e mutuamente benéfica, e aprofundar a cooperação em várias áreas como combate à pobreza, desenvolvimento social e inovação científica e tecnológica, bem como expandir novas áreas de cooperação como proteção ambiental, enfrentamento à mudança do clima, economia de baixo carbono e economia digital.

4. As duas partes consideraram que, no atual contexto de rápidas mudanças e marcadas



turbulências internacionais, é preciso renovar os esforços em prol dos valores comuns da humanidade: paz, desenvolvimento, equidade, justiça, democracia e liberdade. Reiteraram o compromisso com a defesa do direito internacional, inclusive os propósitos e princípios na Carta das Nações Unidas, como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. Reafirmaram o compromisso de promover a democratização das relações internacionais e o multilateralismo.

5. A parte brasileira reiterou que adere firmemente ao princípio de uma só China, e que o governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China, enquanto Taiwan é uma parte inseparável do território chinês. Ao reafirmar o princípio da integridade territorial dos estados, apoiou o desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados do Estreito de Taiwan. A parte chinesa manifestou o grande apreço a esse respeito.

6. As partes reiteraram o apoio à autoridade da ONU e ao seu papel central na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento. Reconheceram a necessidade de reformar a ONU e o seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-los mais representativos e democráticos. Enfatizaram também o impulso das reformas necessárias e adequadas do Conselho de Segurança, para permitir um papel maior desempenhado pelos países em desenvolvimento. A parte chinesa atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil exerce em assuntos regionais e internacionais, compreende e apoia a aspiração do Brasil de desempenhar papel ainda mais proeminente na ONU.

7. As partes avaliaram como positivos o diálogo e a coordenação que mantêm no âmbito das organizações internacionais e mecanismos multilaterais e continuarão a fortalecer esse intercâmbio no âmbito da ONU e de outros organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e em agrupamentos plurilaterais como o G20, o BRICS e o BASIC. A parte chinesa manifestou também o apoio ao Brasil no exercício da presidência do BRICS em 2025. As duas partes comprometeram-se com o contínuo aprofundamento da cooperação em todas as áreas no âmbito do BRICS. Apoiaram a promoção de discussões ativas entre os membros do BRICS sobre o processo de expansão do BRICS e ressaltaram a necessidade de esclarecer os princípios

norteadores, normas, critérios e procedimentos para este processo de expansão com base em ampla consulta e consenso.

8. As partes concordaram em dar continuidade à proveitosa cooperação mantida pelos dois países no âmbito do G20. A China expressou seu respaldo e apoio à presidência brasileira do G20, a iniciar-se em 1^o de dezembro de 2023, vista como uma oportunidade para fortalecer as prioridades dos países em desenvolvimento no âmbito do grupo. Brasil e China compartilham a visão de que o G20 é o principal fórum de diálogo e cooperação estrutural em questões econômicas e comerciais, financeiras e de desenvolvimento. Os dois países trabalharão para que o grupo contribua cada vez mais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

9. As partes afirmam que diálogo e negociação são a única saída viável para a crise na Ucrânia e que todos os esforços conducentes à solução pacífica da crise devem ser encorajados e apoiados. O Brasil recebeu positivamente a proposta chinesa que oferece reflexões conducentes à busca de uma saída pacífica para a crise. A China recebeu positivamente os esforços do Brasil em prol da paz. As partes apelaram a que mais países desempenhem papel construtivo para a promoção da solução política da crise na Ucrânia. As partes decidiram manter os contatos sobre o assunto.

10. Tendo em vista que os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir de forma inequívoca, Brasil e China decidiram fortalecer sua cooperação na área de proteção ambiental, combate à mudança do clima e à perda da biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável e maneiras de agilizar a transição rumo a uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, as duas partes decidiram estabelecer, no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), uma Subcomissão de Meio Ambiente e Mudança do Clima. Brasil e China comprometeram-se a continuar dialogando e coordenando posições sobre temas das mudanças climáticas e ambientais de forma bilateral em instâncias específicas como o BASIC e o BRICS.

11. O Brasil parabenizou a China, presidente da 15^a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), pela adoção do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, que introduziu quadro ambicioso, equilibrado e prático para eliminar e reverter a perda de biodiversidade. Ambos os países se comprometeram a fortalecer sua coopera-

ção para a implementação do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal e a ampliar a coordenação em questões de particular importância para os países em desenvolvimento, incluindo financiamento para a biodiversidade, cooperação técnico-científica e transferência de tecnologia. Ambos os países buscarão, igualmente, combater a desertificação, a degradação de terras e a seca, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação.

A China parabenizou o Brasil pela apresentação da candidatura da cidade de Belém, na Amazônia brasileira, como sede da COP30, a ser realizada em 2025. A China anunciou apoio à candidatura brasileira.

12. As partes comprometeram-se com a implementação plena do Plano Estratégico 2022-2031 e do Plano Executivo 2022-2026, ambos adotados na VI Sessão Plenária da COSBAN. Decidiram aperfeiçoar ainda mais a estrutura da COSBAN e realizar no ano corrente o IV Diálogo Estratégico Global (DEG) em nível de chanceleres.

13. As Partes sublinharam o papel relevante da COSBAN na orientação e coordenação da cooperação bilateral em suas diversas áreas. Concordaram em seguir explorando, nesse âmbito, a promoção dos fluxos recíprocos de investimento a fim de buscar novas complementaridades e oportunidades econômicas, sempre em consonância com seus respectivos interesses e legislações nacionais. Brasil e China manifestaram interesse em examinar sinergias entre as políticas de desenvolvimento e os programas de investimento do Brasil, inclusive nos esforços da integração sul-americana, e as políticas de desenvolvimento e as iniciativas internacionais da China, inclusive a “Iniciativa do Cinturão e da Rota”.

14. O Brasil saúda a Iniciativa de Desenvolvimento Global proposta pela China como forma de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Os dois países trabalharão conjuntamente para buscar um desenvolvimento global mais robusto, sustentável e equilibrado, de maneira a não deixar ninguém para trás.

15. As duas partes coincidiram em que o futuro de todos os países está estreitamente interligado, e é preciso promover a tolerância, a coexistência, o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre diferentes civilizações. A parte brasileira tomou nota da Iniciativa da Civilização Global (ICG) apresentada pela parte chinesa. Recordaram, também, a importância do Fórum Mundial de Aliança de Civilizações das Nações Unidas,



Xi Jinping e Lula com suas esposas em Pequim (reprodução)

cuja terceira edição foi sediada pelo Brasil, em 2010.

16. As partes sublinharam o papel ativo que a cooperação em áreas como cultura, turismo, educação e esporte tem na promoção do conhecimento mútuo entre ambas as sociedades. Comprometeram-se a envidar esforços para aumentar o intercâmbio cultural. As duas partes decidiram promover os acordos sobre a coprodução televisiva e cinematográfica, que permitirá intercâmbios na área de produção audiovisual, facilitando o estreitamento de contatos entre as sociedades e culturas de Brasil e China. Reafirmaram o compromisso de promover o intercâmbio entre as instituições científicas e educacionais e entre os estudantes, bem como facilitar o ensino da língua chinesa no Brasil e o ensino do português brasileiro na China; promover o incremento da mobilidade acadêmica de estudantes chineses para o Brasil; e facilitar o entendimento sobre os mecanismos de revalidação de títulos em vigor nos dois países.

17. As partes saudaram os expressivos fluxos bilaterais de comércio. Concordaram em ampliar ainda mais a corrente comercial, estimular ativamente a diversificação da pauta comercial, promover a facilitação do comércio, fomentar o comércio de serviços, impulsionar o desenvolvimento das trocas agrícolas e aumentar a resiliência de cadeias produtivas e de suprimentos. As partes reconheceram a boa cooperação realizada nas áreas de alfândega e inspeção e quarentena. Comprometeram-se a criar condições facilitadoras para que mais produtos competitivos e de alto valor agregado integrem o comércio bilateral.

18. As duas partes afirmaram o caráter estratégico da cooperação bilateral em agricultura e comércio agrícola. Manifestaram sua satisfação com os entendimentos alcançados pelas autoridades dos dois países em temas sanitários e fitossanitários e de segurança alimentar. Comprometeram-se a estimular o fortalecimento do diálogo nessas áreas com o firme propósito de promover o desenvolvimento seguro e fluido do comércio de alimentos e produtos agrícolas entre os dois países.

As duas partes manifestaram grande apreço pela assinatura do protocolo sobre requisitos sanitários e de quarentena para proteína processada de animais terrestres e comprometeram-se a promover ativamente a consulta dos protocolos que amparam as exportações brasileiras de noz-pecã, gergelim, sorgo e arroz. As duas partes concluíram o plano de trabalho sobre certificado eletrônico para produtos de origem animal e comprometeram-se a dar seguimento às negociações de plano de trabalho sobre certificado eletrônico fitossanitário.

A parte brasileira reafirmou o compromisso de garantir que os estabelecimentos recomendados para habilitação na China cumprem os requisitos, e a parte chinesa reafirmou a habilitação, conforme os procedimentos, dos estabelecimentos que cumprem os requisitos.

Continua na site